

Entrevista
Oriovisto Guimarães
Pág. 6

paraná cooperativo



Sistema **Ocepar**

FECOOPAR - OCEPAR - SESCOOP/PR

somos **coop**

Ano 16 - N°

182

AGO/2020



Av. Cândido de Abreu, 501 - CEP 80530-000 - Curitiba - Paraná - www.paranacooperativo.coop.br

REFORMA TRIBUTÁRIA COM EQUILÍBRIO E JUSTIÇA

Cooperativistas se mobilizam para evitar distorções
que aumentem a carga de impostos sobre o setor





CONHEÇA A NOVA VERSÃO DO APP DENTAL UNI!

Seu plano odontológico na **palma da mão**, agora mais **prático** e **ágil**.

Disponível para
Android e IOS.



4007 2525
(capitais e regiões metropolitanas)
0800 603 3683
(demais localidades)

www.dentaluni.com.br

 **DENTALUNI**[®]
PLANOS ODONTOLÓGICOS

Pode sorrir. A gente garante.

ANS - nº 30448

A força da mobilização cooperativista



José Roberto Ricken
Presidente do Sistema Ocepar

Na primeira semana de agosto tivemos uma demonstração da força da mobilização cooperativista. Em sessão especial do Congresso Nacional, os parlamentares derrubaram os vetos da Lei do Agro, restabelecendo a justiça e conferindo maior segurança jurídica ao processo de integração das cooperativas. Não seria justo onerar mais os produtores integrados às cooperativas do aqueles integrados por meio de outras empresas. O ato de integração das cooperativas havia sido aprovado na Câmara e no Senado por maioria absoluta, mas o Palácio do Planalto acabou vetando, dentro de um bloco de ações. Diante disso, passamos a nos mobilizar para reverter a situação, com apoio da nossa bancada em Brasília, tanto na Câmara como no Senado.

A mobilização do setor não foi um confronto com o governo, pelo contrário, conseguimos comprovar que, da forma que estava, era um ato injusto contra milhares de produtores cooperados. Negociamos com apoio da bancada da Frencoop (Frente Parlamentar do Cooperativismo) junto à ministra da Agricultura, Tereza Cristina, com o ministro da Casa Civil, Braga Neto e com os demais setores do governo e assim foi possível a derrubada dos vetos neste momento.

Alguns parlamentares da bancada paranaense estiveram mais à frente dessa derrubada do veto. Destacamos o deputado federal Pedro Lupion, autor desta emenda da Lei do Agro e que nas discussões junto

ao governo contribuiu muito, em especial junto à liderança, com posições técnicas mostrando os prejuízos e de que forma isso penalizaria ao setor. O deputado Sérgio Souza, que é vice-presidente da FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária), e vem de uma região do Paraná onde as cooperativas agropecuárias têm uma importância muito grande para o desenvolvimento. Ele com os demais parlamentares da Frencoop, nos auxiliou na interlocução com o governo federal. A deputada Aline Sleutjes, vice-líder do governo, que até o último minuto da votação estava em permanente contato com os demais líderes e com o Palácio. Os deputados Ricardo Barros, Evandro Roman, Luiz Nishimori, os senadores Oriovisto Guimarães e Luiz Carlos Heinze, que também acompanharam de perto o assunto e se posicionaram em favor das cooperativas.

Só temos a agradecer a todos os parlamentares da bancada do Paraná, e também de outros estados, que integram a Frencoop pelo empenho em conseguir os votos necessários para que isso fosse possível. Também reconhecemos o importante trabalho da OCB, que acompanhou de perto todo este processo e subsidiou tecnicamente os parlamentares com argumentos suficientes para a derrubada do veto. Posso afirmar que, muito mais que uma conquista, foi a vitória do diálogo e do bom senso, que acabaram prevalecendo nesta votação histórica.

E esta mesma força de mobilização pretendemos direcionar às discussões em torno da reforma tributária. As propostas em discussão no Congresso Nacional trazem uma série de medidas desfavoráveis, que podem até inviabilizar economicamente muitas cooperativas. Estamos fazendo estudos sobre os impactos nos diferentes ramos do cooperativismo. Faremos uma mobilização para alterar e excluir proposições que prejudicam o setor. De forma articulada com as cooperativas, com a OCB, e com o apoio da Frencoop, apresentaremos emendas em defesa de uma reforma tributária que tenha equilíbrio e seja justa, preservando o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo. ■

“A derrubada dos vetos da Lei do Agro foi uma vitória do diálogo e do bom senso, que acabaram prevalecendo nesta votação histórica”

10 ESPECIAL

Propostas para a reforma tributária preocupam setor cooperativista, que se mobiliza para evitar aumento da carga tributária



18 FÓRUM DOS PRESIDENTES

Evento virtual reuniu 180 dirigentes de cooperativas do Paraná e teve como tema principal o novo planejamento estratégico do setor



24 CARTILHA

Publicação é lançada para orientar cooperativas sobre prevenção à Covid-19 durante o recebimento e expedição da safra



CONT

Agosto.2020

32 DIREITO COOPERATIVO

33 FRÍSIA

34 CONEXÃO FRESCOOP

39 RAMO SAÚDE – UNIMED

40 RAMO CRÉDITO – UNIPRIME

41 RAMO CRÉDITO – SICOOB

42 RAMO CRÉDITO – CRESOL

44 RAMO CRÉDITO – SICREDI

46 NOTAS E REGISTROS

50 ENTRE ASPAS

6 ENTREVISTA



Com o senador
Oriovisto Guimarães

26 INOVAÇÃO

Lançamento estadual de novo ciclo do Programa de Inovação do Cooperativismo foi acompanhado por mais de 250 pessoas



28 AGRONEGÓCIO

Do campo aos navios, a soja é a soberana da pauta da agropecuária, remunerando bem o produtor e alavancando o superávit comercial brasileiro



EUÚDO

nº 182

SISTEMA OCEPAR

DIRETORIA DA OCEPAR

Presidente: José Roberto Ricken - **Diretores:** Alvaro Jabur, Clemente Renosto, Dilvo Grolli, Frans Borg, Jorge Hashimoto, Jorge Karl, Jose Aroldo Gallassini, Luiz Lourenço, Paulo Roberto Fernandes Faria, Valter Pitolo, Valter Vanzella, Wellington Ferreira, Wilson Cavina e Yuna Orteni Bastos - **Conselho Fiscal - Titulares:** Popke Ferdinand Van Der Vinne, Lauro Soethe e Wemilda Marta Fregonese - **Suplentes:** Claudemir Cavalini Carvalho, Valdenir Romani e Paulo Pinto De Oliveira Filh - **Superintendente:** Robson Leandro Mafioletti

DIRETORIA DO SESCOOP/PR

Presidente: José Roberto Ricken - **Conselho Administrativo - Titulares:** Joberson Fernando de Lima Silva, Luiz Roberto Baggio, Marcos Antonio Trintinalha e Solange Pinzon de Carvalho Martins - **Suplentes:** Aguiel Marcondes Waclawovsky, Hiroshi Nishitani, Karla Tadeu Duarte de Oliveira e Luciano Ferreira Lopes - **Conselho Fiscal - Titulares:** Erik Bosch, Joel Makohin e Marcos Roberto Bueno Antunes - **Suplentes:** Akio Cyoia, Artur Sawatzky e Mércio Francisco Paludo - **Superintendente:** Leonardo Boesche

DIRETORIA DA FECCOOPAR

Presidente: José Roberto Ricken - **Vice-Presidente:** Paulo Roberto Fernandes Faria - **Secretário:** Dilvo Grolli - **Tesoureiro:** Luiz Roberto Baggio - **Suplente:** Wellington Ferreira - **Conselho Fiscal - Titulares:** Jorge Hashimoto, Jacir Scalvi e Dorival Bartzike - **Suplentes:** Jaime Basso, Marino Delgado e Frans Borg - **Delegados - Titulares:** José Roberto Ricken e Luiz Roberto Baggio - **Suplente:** Marino Delgado - **Superintendente:** Nelson Costa

EXPEDIENTE

Revista Paraná Cooperativo: Assessoria de Imprensa do Sistema Ocepar - **Editor Responsável:** Samuel Zanello Milléo Filho (DRT/PR 3041) - **Edição e Redação:** Ricardo Rossi, Marli Vieira, Lucia Massae Suzukawa e Silvio Oricolli - **Design Gráfico:** Stella Soliman Tonatto - **Conselho Editorial:** José Roberto Ricken, Nelson Costa, Robson Mafioletti, Flávio Turra, Leonardo Boesche, Samuel Zanello Milléo Filho, Maria Emília Pereira Lima - **Capa:** Agência Senado - **Diagramação:** Celso Arimatéia - **CTP e Impressão:** Impressora Gráfica e Editora - **Licitação/Pregão:** 05/2019 - **Redação:** Av. Cândido de Abreu, 501, CEP 80530-000, Centro Cívico, Curitiba - Paraná - **Telefone:** (41) 3200-1100 / (41) 3200-1109 - **Endereço Eletrônico:** jornalismo@sistemaocepar.coop.br - **Página na Internet:** www.paranacooperativo.coop.br - As matérias desta publicação podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte.

Com o Senador

Oriovisto Guimarães

O que esperar da reforma tributária

Na avaliação do parlamentar, três objetivos fundamentam as discussões: simplificação, transparência e não aumentar a carga tributária

da Redação

Em 1994, os impostos representavam 26% do PIB nacional; hoje, representam 35,2% do PIB. Com esse histórico de altas incessantes, é grande a expectativa em torno da reforma tributária, assunto em pauta no Congresso Nacional. “Por enquanto, está muito difícil dizer se ela vai ser boa ou ruim. A verdade é que não existe a reforma ainda. O que existe são vários projetos e uma grande discussão. O próprio governo não disse para que veio, não apresentou uma proposta completa”, disse o senador Oriovisto Guimarães, em entrevista à Revista Paraná Cooperativo. O parlamentar é membro da Frente Parlamentar do Cooperativismo e da Comissão Mista do Congresso que avalia as PECs 45 e 110/2019 e o projeto do governo federal (PL 3887/2020) que tratam da reforma tributária.

Segundo ele, existem outras propostas em discussão, além das que estão na Comissão. “Várias partes interessadas estão atuando. O resultado, portanto, é um tanto imprevisível. Eu não ousaria dizer o que vai ser aprovado e o que não vai”, afirmou. Para evitar surpresas, Oriovisto Guimarães dá um conselho simples e direto para o setor cooperativo: “acompanhem as discussões, coloquem especialistas com lupa em cima do assunto”.

Oriovisto Guimarães foi um dos fundadores do

Grupo Positivo, o qual presidiu por 40 anos. Foi fundador e primeiro reitor da Universidade Positivo (durantes 11 anos). É membro titular da Academia Paranaense de Letras. Em 2018, foi eleito senador pelo estado do Paraná em primeiro lugar, com 2.957.239 votos. A principal pauta do seu mandato é o combate à corrupção e temas na área econômica.

Qual a sua expectativa em relação à proposta da reforma tributária?

A Comissão Mista do Congresso avalia as PECs 45 e 110/2019 e o projeto do governo federal (PL 3887/2020). As discussões estão se desenrolando. A verdade é que o governo não disse ainda o que pensa sobre a reforma tributária. Mandou apenas a proposta do CBS, tributo que substitui o PIS e Cofins, com uma alíquota única de 12% sobre bens e serviços.

Falei para o ministro Paulo Guedes (Economia) que é como ler um livro em que o autor publicou um capítulo apenas. E não sabemos quando ele vai publicar o próximo. O ministro concordou e explicou que, em função dos muitos problemas com a pandemia, não houve tempo de terminar o texto, mas que isso será feito.

Existem outras propostas correndo, além das que estão na Comissão Mista. Várias partes interessadas

“

Sinceramente, não tenho certeza se vamos conseguir aprovar a reforma tributária neste ano. Clima político existe. Vontade de fazer existe. Mas não sei se teremos tempo suficiente”

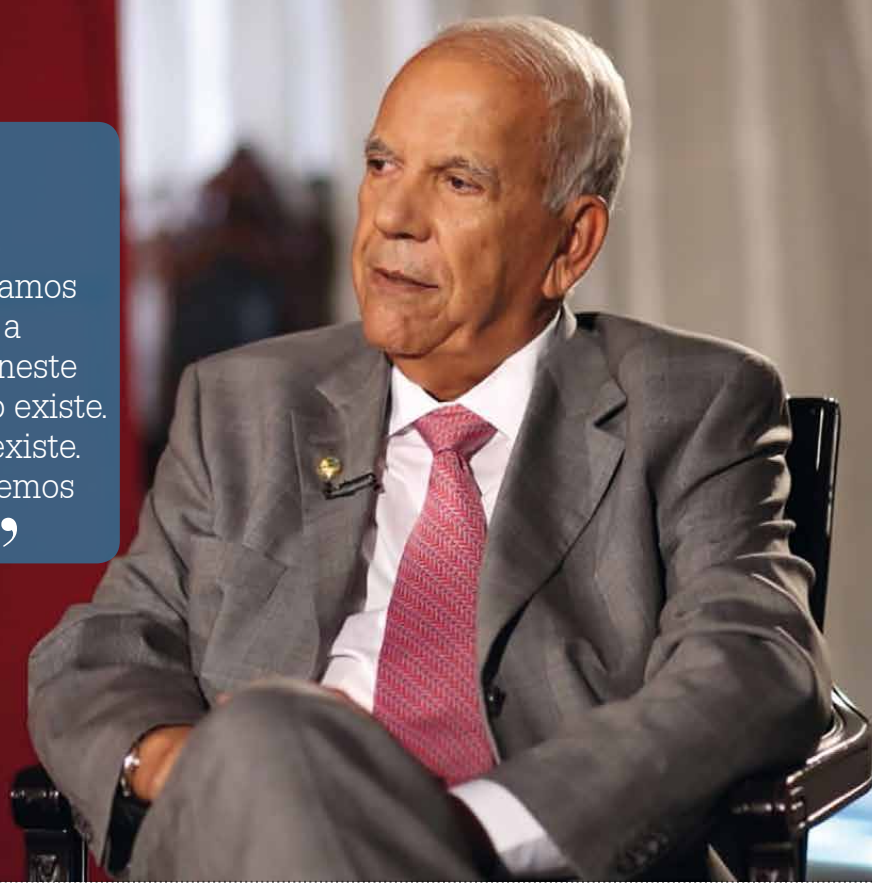


Foto: Divulgação/Assessoria Parlamentar

estão atuando. O resultado, portanto, é um tanto imprevisível. Eu não ousaria dizer o que vai ser aprovado e o que não vai. Vai depender dos embates, das discussões.

Sinceramente, não tenho certeza se vamos conseguir aprovar a reforma tributária neste ano. Clima político existe. Vontade de fazer existe. Mas não sei se teremos tempo suficiente, com eleição municipal, com pandemia. Tudo isso prejudica muito os trabalhos.

Podemos acreditar que a reforma não irá aumentar a carga tributária do país?

Historicamente, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, houve só aumento da carga tributária. E, não satisfeito em gastar tudo o que arrecada, o governo ainda aumenta a dívida interna todo ano. Tenho muitas desconfianças de que os impostos não vão aumentar mais. É preciso olhar isso com lupa, tomar muito cuidado. Existem propostas para criar os mais diversos impostos. O ministro Paulo Guedes, quando questionado, diz que se carga tributária aumentar, a gente diminui as alíquotas. É preciso acreditar nisso ou não. Fica a gosto de cada um.

O senhor acredita ser possível ter justiça fiscal para os contribuintes e uma simplificação do sistema, ao mesmo tempo?

Todos os deputados e senadores têm o mesmo discurso sobre a reforma tributária: querem a simplifica-

ção dos tributos, por recolhimento. O nosso sistema tributário é uma colcha de retalhos. Ao longo do tempo, foi criado um imposto aqui, outro acolá.

Sem falar na burocracia. As empresas brasileiras, de maneira geral, gastam 1500 a 2 mil horas por ano com planejamento tributário e preenchimento de guias. Nos países com um sistema tributário mais simplificado, esse tempo chega a 2 ou 3 horas. Temos que conseguir a simplificação. Será uma grande incompetência se isso não ocorrer.

Já uma maior justiça tributária só será alcançada com a desoneração de itens mais significativos para as camadas mais baixas, a exemplo da cesta básica e vestuário. Ou seja, ter um imposto mais progressivo e menos regressivo. Isto também é possível. Agora, como fazer isso é a pergunta de 'um milhão de dólares'. A resposta só virá quando o Congresso finalmente bater o martelo sobre a reforma tributária. A sociedade brasileira inteira está discutindo isso. Não só os congressistas. E claramente não há consenso. Só o tempo vai dizer que reforma vai ser essa.

Entre todas as propostas em discussão, qual lhe agrada mais e por quê?

Eu sou da linha dos que acham que temos que simplificar para o contribuinte. Quanto mais imposto juntar num só, mais simples fica. Já simplificaríamos bastante se unificássemos, por exemplo, o ICMS. Acabaríamos com a guerra fiscal e sim- >>



Não existe a reforma ainda. O que existe são vários projetos e uma grande discussão. O próprio governo não disse para que veio, não apresentou uma proposta completa ”

plificaríamos muito o recolhimento desse tributo.

Mas não é só juntar. É preciso que todos os membros da Federação concordem. A discussão está grande. Caminhamos para a simplificação, mas é preciso que haja consenso entre Estados, Municípios e de todos com a Federação. O Congresso está ouvindo toda essa gente. E estamos tentando costurar um grande acordo. Vamos ver o quanto bem-sucedidos vamos conseguir ser.

As propostas em discussão retiram dos Estados e Municípios a competência para tributar o consumo transferindo para União. Como o senhor avalia isso?

Este é um temor que os Estados têm. Essa história da União arrecadar e depois repassar dá margens a uma série de jogadas políticas que não têm o menor sentido. Por exemplo: eu gostaria de abrir mão da possibilidade que todo senador tem de indicar R\$ 15 milhões em verbas para a saúde e educação do seu Estado. Isto é fazer política com o dinheiro público. Sou contra.

Cabe uma frase que o Paulo Guedes gosta muito: “menos Brasília e mais Brasil”. Quanto mais automático for o processo para que o tributo arrecadado chegue na mão dos estados e dos municípios, melhor para a Federação.

Como proceder para que as cooperativas não tenham uma elevação na sua carga tributária?

Vou dizer às cooperativas o mesmo que disse às escolas, que estão preocupadíssimas com a proposta de contribuição sobre bens e serviços. Meu conselho é que acompanhem as discussões, coloquem especialistas com lupa em cima do assunto. Por enquanto, está muito difícil dizer se a reforma vai ser boa ou ruim, se vai afetar escolas, cooperativas ou a indústria. Não existe a reforma ainda. O que existe são vários projetos e uma grande discussão. O próprio governo não disse para que veio, não apresentou uma proposta completa.

Há nessa história três objetivos que me parecem

fundamentais: não aumentar a carga tributária, aumentar a transparência e não prejudicar os setores que estão funcionando bem. Então, acompanhem o assunto, falem com todos os parlamentares da Frencoop. Não só vocês, cooperativas, mas vários setores estão se envolvendo na discussão. E, ao fim, vamos rezar para que tudo dê certo.

Antes de iniciar as discussões sobre a reforma tributária, não seria mais adequado realizar primeiro uma ampla e profunda reforma administrativa no Estado brasileiro?

Para esta pergunta, tenho uma resposta bastante simples: sim! Se dependesse de mim, nós não falaríamos agora em reforma tributária. Falaríamos em reforma administrativa. Está na hora do aparelho estatal cortar a própria carne, mostrar respeito pelo contribuinte, disposição em gastar menos e, sobretudo, gastar bem, com qualidade.

Outro ponto essencial é a transparência. As pessoas têm que saber o quanto pagam de impostos. Hoje essa questão é obscura. Você compra um produto e não sabe o quanto de imposto está embutido ali. Mas não vejo o governo falar em reforma administrativa, em cortar gastos, diminuir a gordura desse monstro que é o Estado brasileiro.

Qual sua mensagem para os mais de 2 milhões de cooperados e trabalhadores do setor no Paraná?

O trabalho das cooperativas é fundamental. Alimentação, saúde, transporte e crédito foram setores que não pararam durante a pandemia e não podem parar. A minha mensagem é que continuem sendo o que são, essa gente honesta, que trabalha e tem amor pelo Brasil. Continuem realizando com cada vez mais técnica e conhecimento. O trabalho das cooperativas é o grande esteio da economia brasileira.

A pandemia é também uma oportunidade de reflexão sobre nossas prioridades de vida. Seremos pessoas melhores quando tudo isso passar?

Em toda dificuldade, o ser humano ou sai melhor do que entrou ou ele não sai. Nós estamos atravessando um período muito difícil. Estamos tendo que olhar mais para dentro de casa, mais para as nossas empresas, fazer de maneira diferente aquilo que antes fazíamos quase que de forma automática, sem pensar. Estamos nos reiventando e claramente percebendo o que é essencial em nossas vidas.

Quero aproveitar para me solidarizar com todos os que perderam entes queridos, amigos, parentes, e dizer que nossa união, respeito ao próximo, a nossa capacidade de usar máscara, de lavar as mãos, de ser solidário, é absolutamente fundamental para que a gente possa atravessar essa crise.

E vamos sair dessa. O fim vai chegar. E vamos sair melhores, se Deus quiser.

Qual sua expectativa em relação à retomada da economia?

Vai depender muito das atitudes do governo central. Temos que voltar à vida normal, criar os empregos que precisamos. Mas para ter a recuperação em V, aquela em que, após uma queda forte, a economia tem uma reação positiva rápida e acentuada, nós precisamos sinalizar com reformas importantíssimas que a gente fala e nunca faz. Fizemos a reforma da previdência, uma reforma acanhada, no meu ponto de vista, mas foi feito. Agora estamos falando da reforma tributária.

Precisamos também de uma reforma jurídica para dar mais segurança para o empreendedor. Precisamos fazer a reforma administrativa e, se conseguir, uma reforma política também. O fato de termos 30 partidos é um escândalo, um absurdo. A gente precisa pensar menos na política e mais no Brasil. Eu fui para a política com essa razão, para pensar no Brasil e não para fazer carreira política, até porque nem tenho idade para isso.

E depende de nós, também, como população, cobrar dos nossos políticos uma pauta ética. A pauta ética está abandonada e ela também é importantíssima para a economia. Ninguém gosta de investir num país onde a impunidade impera. É preciso que haja lei, honestidade, que as coisas funcionem. E eu não vejo isso acontecendo. Tenho dedicado meu mandato à essa pauta ética e os resultados que tenho obtido me deixam um tanto triste.

Como o senhor avalia o trabalho das cooperativas? O setor tem o seu apoio no Congresso?

Eu fico extremamente feliz quando olho para o cooperativismo. Este modelo de negócio é para mim

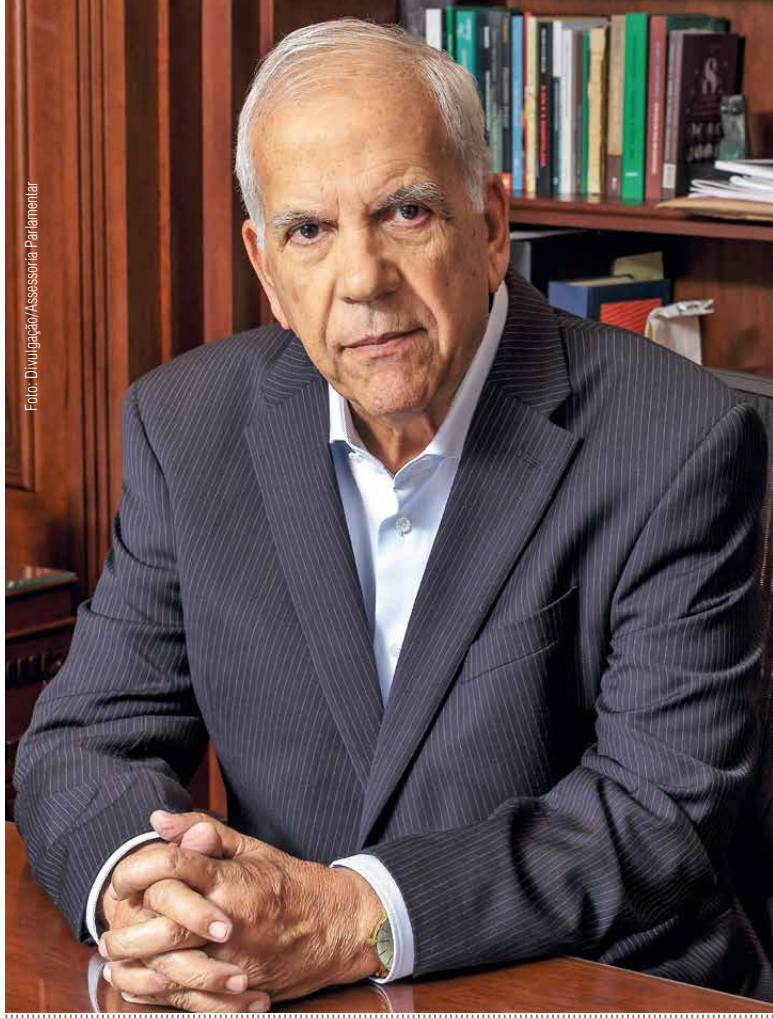


Foto: Divulgação/Assessoria Parlamentar

“Acompanhem o assunto, falem com todos os parlamentares da Frencoop. Não só vocês, cooperativas, mas vários setores estão se envolvendo na discussão”

a mais bela expressão de que sendo solidárias, trabalhando juntas, as pessoas conseguem realizar e ser bem-sucedidas. Isolados, sem uma bandeira comum, não vamos a lugar nenhum. Fico muito feliz que o setor tenha atingido a meta do seu planejamento estratégico e alcançado R\$ 100 bilhões de faturamento. E acredito que vai dobrar isso, chegando a R\$ 200 bilhões, pois as cooperativas têm dirigentes fantásticos. Conheço vários deles e vi sempre a mesma energia, a mesma vontade de crescer. Isto é fantástico. Farei tudo o que puder para incentivar e ajudar, dentro do meu papel no Senado, porque acredito muito no cooperativismo. ■


por Ricardo Rossi

REFORMA TRIBUTÁRIA com equilíbrio e justiça

O cooperativismo paranaense defende uma reforma tributária justa e equilibrada, que simplifique o sistema de tributos, facilite a vida dos milhões de empreendedores brasileiros e destrave a competitividade do país. Atualmente, três propostas estão em discussão no Congresso Nacional - as Propostas de Emenda Constitucional (PECs) 45 e 110, em tramitação, respectivamente, na Câmara dos Deputados e no Senado, e o Projeto de Lei (PL) 3.887, de autoria do Governo Federal. Uma comissão parlamentar mis-

ta atua para unificar os projetos numa proposta de consenso. A Ocepar (Organização das Cooperativas do Paraná) se mobiliza junto à OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) e Frencoop (Frente Parlamentar do Cooperativismo) para evitar distorções que aumentem a carga de impostos que incide sobre o setor. Em jogo estão conquistas constitucionais históricas, em especial no adequado tratamento tributário ao ato cooperativo.

As análises sobre o conteúdo dos projetos em tra-



Cooperativistas se mobilizam para evitar distorções que aumentem a carga de impostos sobre o setor

mitação, ligaram a luz de alerta no cooperativismo. A OCB tem um grupo de trabalho que está analisando o alcance das propostas e preparando emendas ao projeto de lei, a fim de identificar e evitar medidas que possam ser danosas ao setor.

Desde 2019, o Congresso discute as PECs 45 e 110. Já o

PL 3.887/2020 foi entregue ao Parlamento no último dia de 21 de julho, pelo ministro da Economia Paulo Guedes, trazendo preocupação aos cooperativistas. Se aprovado sem modificações, a proposta do governo federal para a reforma tributária pode trazer um aumento superior a 15% na carga de tributos sobre as coope-

rativas. Estudos feitos pela área técnica da Ocepar simularam os impactos da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), mecanismo proposto no PL como substituto aos atuais PIS/Pasep e Cofins. A oneração varia de acordo com o setor e atividade da cooperativa. “Se o Projeto permanecer da forma que está, vai gerar uma tributação acentuadamente maior a todos os ramos do cooperativismo”, afirmou o presidente da entidade, José Roberto Ricken. A reforma tributária foi um dos temas debatidos em 12 de agosto, durante a Reunião Ordinária da Diretoria da Ocepar e da Fecoopar (Federação das Cooperativas do Paraná). O evento foi realizado por meio de videoconferência.

Segundo Ricken, a reforma tributária é uma discussão prioritária para o sistema cooperativista do Paraná. “As propostas em discussão no Congresso Nacional trazem uma série de medidas desfavoráveis, que podem até inviabilizar economicamente muitas cooperativas”, ressaltou. “Estamos fazendo estudos sobre os impactos nos diferentes ramos do cooperativismo. Faremos uma mobilização para alterar e excluir proposições que prejudicam o setor. De forma articulada, com as cooperativas, a OCB, e com o apoio da Frencoop, apresentaremos emendas em defesa de equilíbrio e justiça tributária”, disse.

Na avaliação do presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas, para que o cooperativismo garanta a defesa de suas propostas à refor- >>



Foto: Agência Câmara

Comissão mista do Parlamento atua em busca de uma proposta única e consensual para levar ao plenário do Congresso

ma tributária, é necessário diálogo, bom senso e muita relação política. “Temos que construir um ambiente para fazer uma reforma tributária justa e correta, e que preserve o ambiente para as nossas cooperativas se desenvolverem. É com esse intuito que estamos promovendo debates e estudos. Precisamos nos pautar por um trabalho que tenha organização técnica, estratégia e que busque, acima de tudo, justiça tributária”, afirmou.

Mudanças

As Pecs 45 e 110 criam o imposto sobre bens e serviços (IBS), e em 2019 a OCB apresentou emenda para garantir o adequado tratamento tributário ao Ato Cooperativo

e manter os créditos do IBS nas operações das cooperativas. Já o recente PL 3.887/2020 cria a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS) e propõe a isenção da CBS nas receitas dos atos praticados entre cooperativas e cooperados, o que se configura como um benefício fiscal e não confere o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo.

Segundo o coordenador jurídico da Ocepar, Rogério Croscato, o PL 3.887 revoga as atuais exclusões de base de cálculo da incidência das contribuições de PIS e Cofins sobre operações decorrentes de ato cooperativo, gerando a incidência da CBS sobre as operações de ato cooperativo. “Essa proposi-

ção causa o principal impacto nas cooperativas, ocasionando um aumento real na carga tributária”, disse.

Outras medidas propostas pelo PL que preocupam dizem respeito à redução do percentual de crédito presumido sobre produtos in natura animais e vegetais, aumento da alíquota para o regime não cumulativo de 9,25% para 12% - no caso de instituições financeiras e equiparadas (cooperativa de crédito) e operadoras de planos de saúde, a alíquota sobe de 4,65% para 5,8%, além de extinguir o regime cumulativo, cuja alíquota é de 3,65%. “O PL 3.887 está tramitando com urgência constitucional e, se não for apreciado pela Câmara até o dia 5

Foto de arquivo de reunião da diretoria da Ocepar com a bancada da Frencoop, em 2019. Parlamentares que atuam em prol do cooperativismo serão fundamentais para evitar a aprovação de medidas danosas ao setor na reforma

de setembro, vai trancar a pauta de votações da Casa”, ressaltou. Croscato e o coordenador contábil Devair Mem são os representantes da Ocepar no grupo de trabalho da OCB que se dedica à reforma tributária.

Para o presidente da Cooperativa Agroindustrial Bom Jesus, Luiz Roberto Baggio, que também coordena o ramo agropecuário na OCB, é necessário reafirmar o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo, demonstrando com clareza à sociedade suas características específicas. “Não se trata de benefício, mas, sim, de uma condição constitucional. Muitas vezes a engenharia tributária pode gerar dúvidas de interpretação, e por isso as equipes técnicas do setor têm a função importante de apresentar e explicar nossas demandas de forma clara e objetiva”, observou. “As configurações tributárias nas propostas da reforma trazem impactos diferentes nas cadeias produtivas, que podem prejudicar a competitividade das cooperativas. Por exemplo, o PL 3.887 propõe um crédito presumido em torno de 1,8%, o que vai submeter as cooperativas a uma disparidade no mercado. Não se pode impor essa conta aos cooperados”, ressaltou.

Na opinião da gerente jurídica da OCB, Ana Paula Andrade Ramos Rodrigues, o artigo 146 da Constituição Federal determina que a tributação conferida ao ato cooperativo não pode resultar em mais ônus aos cooperados do que aquele decorrente de atividades ou operações por eles realizadas >>



Foto: Ricardo Rossi/Sistema Ocepar

As propostas para a reforma tributária

PEC 110

Apresentada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, baseada na proposta do ex-deputado Luiz Carlos Haully. O relator da matéria, senador Roberto Rocha, apresentou relatório, que ainda não foi votado na CCJ, acatando a emenda 8 sobre o ato cooperativo, apresentada pelo senador Luiz Carlos Heinze, vice-presidente da Frencoop, a pedido da OCB.

- Cria o Imposto sobre Valor Agregado – IVA, denominado de Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, revogando nove tributos: o IPI, o ICMS, o ISS, a Cofins, o PIS, o PASEP, o IOF, o Salário Educação e a CIDE - Combustíveis.

PEC 45

Apresentada pelo deputado Baleia Rossi, integrante da Diretoria da Frencoop. Seguindo a tramitação de propostas à Constituição na Câmara, o texto já teve sua constitucionalidade aprovada e aguarda a apresentação do parecer do relator, deputado Aguinaldo Ribeiro, na Comissão Especial. A OCB, com o presidente da Frencoop, deputado Evair de Melo, apresentou a emenda 55 para preservar o Ato Cooperativo.

- Cria o Imposto sobre Valor Agregado – IVA, denominado de Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, formado pela fusão de cinco tributos: o IPI, o ICMS, o ISS, a Cofins e o PIS.

Projeto de Lei (PL) 3.887/2020

Apresentado pelo Governo Federal, foi entregue ao Parlamento em 21 de julho, pelo ministro da Economia Paulo Guedes. É a primeira fase do projeto de reforma tributária do Poder Executivo. Está tramitando com urgência constitucional e, se não for apreciado pelo Parlamento até o dia 5 de setembro, passa a trancar a pauta de votações.

- Cria o Imposto sobre Valor Agregado – IVA, denominado Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços – CBS, que vai substituir as contribuições federais PIS/Pasep (sobre folha, importação e receitas) e Cofins (sobre importação e receitas).

Fonte: OCB e Ocepar

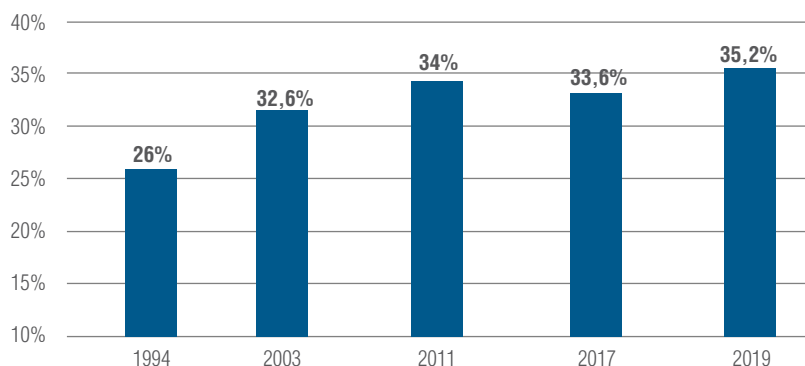


Foto: Assessoria de Imprensa C.Vale

Cotações internacionais definem preços das commodities agrícolas. Aumento de tributos na cadeia produtiva será mais um ônus no custo de produção dos agricultores brasileiros

EVOLUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA NO BRASIL

(Quanto os impostos, taxas e contribuições pagos no Brasil representam do PIB do país)



Fonte: CNI

no mercado por conta própria, sem a participação da cooperativa. “O projeto do governo federal traz a ideia de isenção das receitas oriundas do ato cooperativo. O problema é que esse tratamento gera distorções, e o que era para ser remédio, acaba se transformando em veneno”, afirmou.

Segundo a advogada, a OCB busca garantir o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo, “evitando que as propostas em tramitação no Congresso Nacional distorçam seu conceito, o que poderia ocasionar, no futuro, diferentes interpretações no Judiciário e nos órgãos de fiscalização”.

Preocupação

O presidente da Agrária Cooperativa Agroindustrial, e diretor da Ocepar, Jorge Karl, disse que os resultados das simulações dos impactos do PL 3.887 foram preocupantes. “A vigência da CBS vai aumentar os nossos custos e perderemos competitividade frente a empresas similares não cooperativas. Para quem atua com agroindústrias, o ônus será ainda maior. Precisamos nos mobilizar e evitar que essas medidas nos sufoquem. Do jeito que está proposto, quem vai pagar a conta da reforma tributária são as cooperativas”, alertou.

Na opinião do presidente da Frimesa e diretor da Ocepar, Valter Vanzella, o PL 3.887 precisa ser aperfeiçoado com emendas propostas pelas cooperativas. “Do jeito que está, traz impactos altíssimos sobre o cooperativismo. A carga tributária sobre o setor se tornaria irracional, inviabilizando muitos

dos negócios cooperativos. Temos que mobilizar as equipes técnicas do setor, para mostrar aos parlamentares e ao governo os graves riscos que o projeto traz à cadeia produtiva”, disse.

Para o diretor administrativo da Coamo, Antônio Sérgio Gabriel, o cooperativismo passa por momento de preocupação e atenção, em especial quanto à correta interpretação do ato cooperativo. “Para os legisladores pode ser um pouco confuso quando se comparam as sociedades cooperativas com as sociedades empresariais. Às vezes, o que parece ser um benefício acaba sendo uma penalidade em direitos e obrigações tributárias”, afirmou. “A cooperativa é extensão de seu associado, e sempre busca o melhor para o desempenho de suas atividades. Atualmente, os produtos de cooperativas têm a mesma oportunidade de participação no mercado, em relação às demais empresas mercantis. A reforma precisa manter a isonomia tributária”, ressaltou.

Na opinião do presidente do Sicredi União PR/SP, Wellington Ferreira, é preciso avaliar de forma cuidadosa todas as proposições da reforma tributária. “Temos que dialogar com os parlamentares e o governo federal, demonstrando a importância econômica e social do cooperativismo para o país. As cooperativas não têm fins lucrativos, atuam para viabilizar seus cooperados, que são donos e usuários dos serviços prestados. Por isso, o tratamento tributário tem que considerar essas diferenças do modelo de negócios do se-

Mudanças que preocupam o cooperativismo

Exclusão da base de cálculo
O projeto revoga as exclusões de base de cálculo da incidência contribuições de PIS e COFINS sobre operações decorrentes de ato cooperativo, culminando com a incidência da CBS sobre estas

Crédito Presumido (produtos *in natura* animais e vegetais)
O projeto reduz o percentual do crédito presumido para algumas atividades agropecuárias acarretando o incremento da carga tributária. A redução da alíquota será limitada a 1,8%, sendo que na legislação vigente chega a 60%

Aumento da alíquota
O projeto aumenta a alíquota destas contribuições
Regime não cumulativo - de 9,25% para 12%
Para instituições financeiras e equiparadas (cooperativa de crédito) e operadoras de planos de saúde: de 4,65% para 5,8%.
Extingue o regime cumulativo que tinha alíquota de 3,65%
Os insumos adquiridos pelos produtores rurais serão tributados com alíquota de 12%

Fonte: OCB e Ocepar

tor. Não podemos ser penalizados com as mudanças em discussão no Parlamento”, enfatizou.

Relator

“Sabemos da real dimensão e importância do setor cooperativista no Brasil. Temos a exata compreensão do que o setor representa, seja na área médica, de crédito, na agropecuária, entre outros segmentos”, afirmou o deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da reforma tributária na Comissão Mista Especial do Congresso Nacional. Segundo o parlamentar, o foco de seu trabalho será construir uma proposta que “seja compatível com os interesses do país, respeitando as especificidades existentes”. Ribeiro participou, no dia 10 de agosto, do Ciclo de Debates sobre a Reforma Tributária,

evento virtual promovido pela OCB.

O deputado disse que está aberto ao diálogo com o cooperativismo. “Fui secretário da Agricultura na Paraíba e tive uma convivência muito próxima com o cooperativismo agropecuário e sei de sua importância e capilaridade”, ressaltou. “Tenho certeza que vamos caminhar para um bom texto final. É muito importante que o cooperativismo esteja engajado no desafio que é aprovar um sistema tributário novo e eficiente, que possa também melhorar o ambiente de negócios do país. É uma oportunidade que não podemos perder”, enfatizou.

De acordo com o deputado, as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 45 e 110 vão convergir para uma proposta única, acoplando ainda o Projeto de »

Lei 3.887, do Governo Federal. “Temos o desafio de transformar o sistema tributário brasileiro, para que seja mais simples e transparente, e as pessoas saibam claramente o quanto pagam de tributos. Dessa forma teremos mais justiça tributá-

ria e segurança jurídica”, disse.

O parlamentar considera viável votar a proposta de reforma tributária ainda em 2020. “De maneira objetiva, se não votarmos neste ano, talvez não consigamos mais ter um ambiente federativo tão

receptivo quanto temos agora, com disposição para que a votação ocorra. Infelizmente, o nosso país vive em eleições e, em 2021, já começarão as movimentações pré-eleições aos governos estaduais e à Presidência”, observou.

Quanto à reforma administrativa, Ribeiro diz que é uma prerrogativa exclusiva do Executivo e não cabe ao Parlamento propô-la. “Se o Congresso pudesse, já teria enfrentado essa questão. Penso que o tema vai além de uma reforma administrativa, é uma reforma do Estado brasileiro, que custa muito caro, é muito lento e entrega pouco dos compromissos constitucionais que deveria cumprir junto aos cidadãos que pagam seus impostos”, concluiu Ribeiro.



Foto: Assessoria de Imprensa Frimesa

No Brasil, o cooperativismo gera quase meio milhão de empregos diretos, sendo mais de 110 mil em cooperativas paranaenses. Tendo um modelo de negócios com alcance social e econômico, setor não pode ser penalizado com aumento na carga tributária. (Foto de abatedouro da Frimesa, em 2019)

O que é o ato cooperativo?

A cooperativa é uma sociedade de pessoas, sem fins lucrativos, constituída para prestar serviços aos seus cooperados. Seu foco é atuar para atender as necessidades comuns de seus associados, como aquisição de bens, disponibilização de produtos e serviços, satisfação das necessidades financeiras, dentre outros, sempre em melhores condições do que se atuassem individualmente.

As operações que a cooperativa realiza com seus cooperados são denominadas atos cooperativos e receberam da Constituição Federal de 1988 o direito a uma tributação ajustada a suas particularidades. Por expressa definição legal, o ato cooperativo não é ato comercial e, portanto, não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria.

“O ADEQUADO TRATAMENTO TRIBUTÁRIO ÀS COOPERATIVAS NÃO É SINÔNIMO DE PRIVILÉGIO, NÃO CONFIGURA BENEFÍCIO OU ISENÇÃO TRIBUTÁRIA.”

Trata-se do redirecionamento da incidência tributária da pessoa jurídica da cooperativa para a pessoa física ou jurídica do cooperado, visto que a fixação da riqueza se dá no cooperado e na cooperativa há apenas o abatimento dos custos havidos para a prestação do serviço ao associado.

Fonte: OCB

Frencoop

Na visão do presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), deputado federal Evair de Melo (PP-ES), as distorções do sistema tributário contribuíram para acentuar as desigualdades sociais do país. A reforma, segundo o parlamentar, seria uma oportunidade para corrigir tais distorções, para que o sistema tributário brasileiro se torne uma ferramenta justa de desenvolvimento. “O cooperativismo está participando de forma ativa nas discussões, com a mobilização dos parlamentares da Frencoop, e acredito que a importância do setor como instrumento de oportunidades econômicas e sociais, vai permitir que sejamos ouvidos e possamos contribuir para enriquecer o texto da reforma tributária”, afirmou.

Somos a melhor cooperativa de crédito do Brasil no Agro para se trabalhar em 2020

Melhores Empresas para Trabalhar™

Agronegócio

Great Place To Work®

BRASIL 2020

Essa conquista é nossa
Juntos Somos a Cresol!



CRESOL

da Redação

Planejar é



Evento virtual reuniu dirigentes de cooperativas e autoridades como o governador Ratinho Junior e o vice-governador Darci Piana, além do presidente da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), Márcio Lopes de Freitas

“Quando há um rumo definido e objetivos para o futuro, aumentam as chances de se acertar o alvo”, afirmou o presidente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken, na abertura do 1º Fórum Digital dos Presidentes de Cooperativas do Paraná, no dia 28 de julho. O evento online reuniu cerca de 180 dirigentes cooperativistas e teve como principal tema debater a estruturação do novo plano estratégico do setor. “Até a Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Ocepar, em 2 de abril de 2021, quando a entidade completará 50 anos, pretendemos ter uma proposta elaborada, que será submetida aos cooperativistas para que decidam sobre sua continuidade”, explicou Ricken. “Com o novo planejamento estratégico do cooperativismo, o PRC200, vamos desafiar as cooperativas paranaenses a alcançar a meta de R\$ 200 bilhões em faturamento. Parece um objetivo audacioso, mas é viável e, se a gente fizer a lição de casa, nos estruturarmos, poderemos chegar a este patamar com segurança”, disse.

O ano de 2020 marca o fim do ciclo do PRC100, que tinha como meta financeira um faturamento conjunto das cooperativas paranaenses de R\$ 100 bilhões, objetivo que será superado até dezembro, com uma estimativa de alcançar os R\$ 102 bilhões, segundo estudos da Ocepar. “O desafio agora são os R\$ 200 bilhões. Se mantivermos o crescimento dos últimos 10 anos, teremos condições de chegar a esse valor em 2026”, projetou Ricken. O dirigente lembrou que, em 2014/15, quando foram traçadas as metas para o PRC100, o setor tinha um faturamento próximo a R\$ 50 bilhões, e a meta de dobrá-lo em cinco anos, naquele momento também pareceu um objetivo difícil de ser realizado. “Pelo mesmo princípio, vamos agora em busca de um novo desafio. E não se trata somente da meta financeira: o planejamento estratégico é um conjunto de ações que fortalece o cooperativismo em inúmeros fatores e envolve o setor num estudo profundo que indica o que fazer para potencializar os resultados de nosso trabalho, em todas as áreas”, ressaltou.

preciso

Evento virtual reuniu 180 dirigentes de cooperativas do Paraná e teve como tema principal o novo planejamento estratégico do setor



Proposta do novo plano para o cooperativismo deverá ser colocado em votação durante a Assembleia da Ocepar, em abril de 2021

PRC200

O PRC200 terá seis diretrizes fundamentais, cada qual com metas específicas cuja aplicabilidade será debatida pelo setor nos próximos meses. A inspiração para a formatação do plano foram as discussões realizadas em 2019, no Congresso Brasileiro de Cooperativismo (CBC). “Representação; Comunicação; Administração de Cooperativas; Inovação; Intercooperação e Mercado. Estes vão ser os temas de base para o novo planejamento do cooperativismo paranaense”, explicou Ricken.

O presidente da Ocepar ressaltou o compromisso do cooperativismo com a sociedade, sobretudo, neste momento de dificuldades causadas pela pandemia. “A maioria das cooperativas se manteve em plena atividade, por atuar em segmentos essenciais, contribuindo para garantir o abastecimento de alimentos e a prestação de serviços importantes para a população, sejam na saúde, no transporte, na produção agropecuária, na disponibilização de crédito aos empreendedo-

res, entre outros setores”, disse, ao acrescentar que as cooperativas estão fazendo um esforço constante em garantir condições seguras de trabalho a seus cooperados e funcionários. “A saúde e a segurança das pessoas são prioridades no setor”, enfatizou.

De acordo com ele, em momentos extremos como o atual, ter um planejamento estratégico faz a diferença no dia a dia de uma cooperativa. “No universo dos negócios, para estar pronto a responder às dificuldades, é preciso antever riscos e ameaças, tendo um norte e um objetivo claro de crescimento. Esse suporte de informações contribui para que as decisões sejam tomadas no momento certo, sem adiamentos, com o alinhamento de todos os seus públicos”, disse. “No cooperativismo, o planejamento formal tem sido uma tarefa prioritária do Sistema Ocepar há décadas, num trabalho que ganhou força com o PRC100, um conjunto de ações que visava preparar o setor para os desafios do futuro e que, agora, terá continuidade com o PRC200”, concluiu.

Presenças

O 1º Fórum Digital de Presidentes contou com a presença do governador e do vice-governador do Paraná, Ratinho Junior e Darci Piana, além do secretário da Agricultura, Norberto Ortigara, do vice-presidente do BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), Wilson Bley Lipski, do diretor administrativo do BRDE, Luiz Carlos Borges da Silveira, do presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Márcio Lopes de Freitas, além dos ex-presidentes da Ocepar, João Paulo Koslovski e Dick de Geus. Também prestigiou o evento, o presidente em exercício do Crea-PR, Osvaldo Danhoni. Durante o fórum, o economista José Mendonça de Barros fez palestra sobre os cenários e perspectivas da economia brasileira e mundial, e a advogada e professora da PUC-PR, Leila Dissenha, fez palestra sobre a viabilidade de constituição da Câmara de Mediação e Arbitragem do Cooperativismo. ■

Paraná será central logística do continente, afirma governador

A meta das cooperativas do Paraná de atingir R\$ 200 bilhões de faturamento foi elogiada pelo governador Carlos Massa Ratinho Junior. “Já era ambicioso quando se falava em R\$ 100 bilhões e agora se fala de R\$ 200 bilhões. Mas temos certeza de que isso vai ser atingido”, afirmou. “Parabenizo e agradeço às cooperativas porque, mesmo numa época difícil, anunciam uma meta grandiosa como essa. E tenham certeza de que o Governo do Estado apoiará as cooperativas no que for preciso. O Paraná tem um Banco de Projetos e alguns já estão sendo colocados em prática, somente com decisões administrativas”, disse.

Segundo o governador, uma das estratégias é transformar o Paraná na principal central logística da América do Sul. “Temos investimentos em todos os modais. Vamos modernizar a malha rodoviária, estender a malha ferroviária, aumentar a capacidade de movimentação de cargas no Porto de Paranaguá, modernizar e ampliar aeroportos”, afirmou. E citou como exemplo o processo de licitações que abrange, num mesmo pacote, trechos de rodovias federais e estaduais; a contratação do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA), Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da nova ferrovia Maracaju (MS) até Paranaguá, além de um ramal multimodal entre Cascavel e Foz do Iguaçu.

Em relação aos aeroportos, Ratinho Junior comentou sobre a concessão de quatro aeroportos (São José dos Pinhais, Curitiba, Londrina e Foz do Iguaçu) para a iniciativa privada e as melhorias no terminal de Cascavel e nas pistas de Foz do Iguaçu e Maringá para receber mais voos internacionais, no primeiro caso, e voos de carga, no segundo. Na questão portuária, o governador ainda citou os projetos para o Porto de Paranaguá: a ampliação da capacidade do Corredor de Exportação, projetada para começar ainda neste ano; a revitalização da moega para descarga dos trens, cujo projeto executivo está sendo feito pela Rumo, e a manutenção das obras de calado para favorecer o acesso de navios maiores.




Ratinho Junior disse que pretende ampliar investimentos em melhorias da infraestrutura

Ele também falou de outros projetos que beneficiam o agronegócio, como o Descomplica Rural, que desburocratiza os pedidos de licença ambiental, e o Paraná Trifásico, que irá levar 25 mil quilômetros de cabos de energia para o meio rural. “Este é o maior legado do atual governo para o setor agrícola. As novas redes trarão aumento de produtividade. Vai transformar as cadeias produtivas do leite, da avicultura, piscicultura e suinocultura e, acima de tudo, vai levar energia de qualidade para o Paraná crescer em bom ritmo nos próximos 30 anos”, acrescentou. “A linha monofásica impedia saltos maiores, ampliações ou novas instalações porque a rede não suportava as tecnologias. O novo sistema elimina essa dificuldade”, frisou. O Paraná Trifásico envolve investimentos de R\$ 2,1 bilhões e será concluído apenas em 2025.

Crea-PR

Durante o 1º Fórum Digital dos Presidentes, o presidente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken, e o presidente em exercício do Crea-PR, Osvaldo Danhoni, assinaram o Acordo de Cooperação – ART >>



Em 50 anos,
muita coisa se
transforma.
**Mas o principal
sempre foi
o mesmo:
o cooperado.**

De geração em geração, o trabalho sério e a dedicação de cada cooperado Coamo transformou uma ideia em 50 anos de sucesso. Pessoas que nos enchem de orgulho em poder compartilhar essa história e, com certeza, escrever novos capítulos.

A vida é a gente que transforma.

50 ANOS
COAMO
• desde 1970 •

coamo.com.br

Durante o fórum, o BRDE liberou R\$ 88,4 milhões em recursos para incentivar a agroindústria, armazenagem e fluxo de capital de giro a três cooperativas. Na foto, complexo industrial da Copacol, em Cafelândia, oeste do Paraná



Foto: Assessoria de Imprensa Copacol

Social – Campo Fácil, para produtores da agricultura familiar com DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf –, ativa. O acordo visa estabelecer compromissos entre as partes signatárias, objetivando o acesso de agricultores familiares filiados às cooperativas que integram a Ocepar às condições necessárias para desenvolvimento rural sustentável, criando condições de melhoria da qualidade de vida da população rural, ampliação da renda de agricultores e preservação ambiental do espaço rural, mediante a participação de profissional habilitado no Sistema Confea/Crea.

Por meio deste convênio, independentemente do valor do contrato/projeto técnico, o valor de registro da ART é fixado na faixa 3 da Tabela B da taxa e valores da ART, ou seja com a assinatura do convênio o valor passa de R\$ 88,78 para R\$ 5,22. Este contrato permite que as cooperativas integrantes do Sistema Ocepar, que assistem aos agricultores familiares cooperados, possam assinar individualmente com o Crea-PR o seu convênio. “Esse convênio tem um alcance social importante, que vai beneficiar os agricultores familiares cooperados. Entendo que as cooperativas fizeram e fazem um papel fundamental como agentes de desenvolvimento do Paraná”, afirmou o presidente em exercício do Crea-PR, Osvaldo Danhoni.

BRDE

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) anunciou, durante o 1º Fórum Digital dos Presidentes das Cooperativas, o financiamento de

R\$ 88,4 milhões para três cooperativas paranaenses. A Copacol captou R\$ 60 milhões dentro do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop). A cooperativa possui um abatedouro de aves em Cafelândia, no oeste do estado, desde 1982, e vai ampliar e melhorar a planta para acrescentar abate de 50 mil aves/dia na produção, alcançando 380 mil aves/dia; melhorar a qualidade de produção do peito de frango; adequar a planta para abate Halal; atender as novas determinações sanitárias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e modernizar o ambiente de trabalho para os funcionários.

A cooperativa Integrada financiou R\$ 4 milhões para capital de giro para ter plenas condições de comercializar 11.034 sacas de café do tipo arábica. Depois de vender e receber pelos produtos, a cooperativa liquidará a operação no BRDE. Já a cooperativa Coagru captou R\$ 24,4 milhões das linhas Prodecoop e Programa de Construção e Ampliação de Armazéns (PCA). O objetivo é construir um entreposto de recebimento e armazenamento de grãos na localidade de São João, em Ubitatã, centro-oeste do estado, no valor de R\$ 2,2 milhões; ampliar a capacidade de armazenamento do moinho de trigo de Campina da Lagoa, também no centro-oeste, no valor de R\$ 3,1 milhões, e ampliar a capacidade de armazenamento da unidade de grãos de Campina da Lagoa, no valor de R\$ 17,6 milhões. Também será realizada a modernização do depósito de insumos e espaço de atendimento ao cooperado em Campina da Lagoa, no valor de R\$ 1,3 milhão. ■



Nossa **FORÇA**, O Cooperado!



cocamar

Cooperado e cooperativa crescem juntos

A nossa responsabilidade aumenta a cada dia, mas o que nos conforta é sabermos que estamos construindo novos horizontes para o campo, sem nunca esquecer o motivo pelo qual acordamos todos os dias: o nosso cooperado.

Uma legião de pessoas, dados e informações se uniram para construir o que nos tornaríamos juntos até aqui. Estamos quase lá, e é por isso que agora o nosso papel é, além de comemorar e planejar o futuro, ficarmos atentos ao que nos espera. Um novo tempo já começou.

Muito prazer, nós somos a Cocamar.



BAIXE AGORA
o app Cocamar!



Android - Google Play



IOS - App Store



cocamarcooperativa



cocamar.com.br

Cuidados no RECEBIMENTO E EXPEDIÇÃO da safra frente à Covid-19

Com a finalidade de orientar as cooperativas paranaenses sobre todos os cuidados que devem ser tomados durante o recebimento e expedição da safra para evitar a propagação da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, o Sistema Ocepar editou uma cartilha sobre o assunto. Com 28 páginas, o material tem como base um conteúdo produzido pela cooperativa Cocamar. “Toda atenção é necessária diante da pandemia, pois, neste período, aumentam os contatos dos funcionários com caminhoneiros e demais trabalha-

dores na execução das atividades”, lembra Flávio Turra, gerente de Desenvolvimento Técnico da Ocepar.

Além de todas as orientações necessárias para a segurança de funcionários, cooperados e público em geral, as cooperativas terão acesso a um plano de sinalização para suas unidades de recebimento de grãos, com reforço nas medidas de segurança. Também há mensagens de preservação da vida das pessoas envolvidas num momento que exige muito cuidado. A publicação também traz boas prá-

ticas e sugestões de abordagem para cooperados, colaboradores e motoristas.

“Aproveitamos para reforçar que essas orientações se baseiam nos protocolos de segurança expedidos pelas autoridades sanitárias, como o distanciamento, uso de álcool 70% (gel ou líquido) para higienizar as mãos e ambientes de trabalho, equipamentos, máquinas, caminhões e escritório. Destaque para o uso de máscaras, principalmente quando estiver em contato com outras pessoas”, frisa Turra. ■



Ligue a câmera do seu smartphone e aponte para o QR Code, acesse o link.

Caso seu celular não tenha essa função, confira no site www.paranacooperativo.coop.br



Investir

hoje é alimentar
o seu amanhã.

Em momentos como o que passamos, reaprendemos a importância de estar em boa companhia e manter uma reserva financeira, investindo um valor todo mês. Esses são aprendizados que vamos levar para sempre. Para colocar isso em prática, conte com um parceiro que tem mais de 117 anos de experiência e solidez. Conquiste um amanhã mais tranquilo para você e sua família.



A gente dá valor para o seu futuro.
Invista com a gente.

- Poupança
- Renda Fixa
- Fundos de Investimento

sicredi.com.br

Excelente classificação de rating de crédito
segundo Moody's, S&P Global e FitchRatings.

 **Sicredi**

Uma nova



Lançamento estadual do ciclo 2020/2021 do Programa de Inovação do Cooperativismo Paranaense foi acompanhado por mais de 250 pessoas, no dia 17 de julho, por videoconferência

Foi dada a largada para mais uma jornada de inovação para as cooperativas do Paraná. No dia 24 de agosto, começaram a ser capacitadas as primeiras turmas do ciclo 2020/2021 do Programa de Inovação do Cooperativismo Paranaense. Um momento bastante aguardado pelos participantes, como o especialista financeiro do Sicoob Ouro Verde, cooperativa de crédito com sede em Londrina (PR), Willyan Patrykc de Araujo Gonçalves. “Tenho muitas expectativas para este ciclo do programa, por mim, pelo trabalho em equipe, pelo time, sobre os conhecimentos que vamos adquirir e, especialmente, pelas contribuições que vamos entregar para nossa cooperativa. É uma missão de muita responsabilidade, que me motiva ainda mais”, afirmou.

Serão 192 horas de capacitação, com término previsto para outubro de 2021. Desta vez, 543

representantes de 68 cooperativas, dos ramos agropecuário (28), crédito (22), saúde (16), transporte (1) e trabalho (1) se inscreveram no Programa. Nesse total estão ainda incluídos os profissionais do Sistema Ocepar. Os participantes foram distribuídos em 17 turmas e serão realizadas trilhas em comum e, em outros momentos da formação, eles serão divididos conforme o seu perfil, informa o coordenador de Desenvolvimento Cooperativo do Sescop/PR, Leandro Macioski.

“O diagnóstico para identificar as características e perfil mais aderente de cada participante será feito por meio de gameificação. O agente de ideação trabalha, em conjunto com o agente de transformação, para criar e fomentar ideias que irão tornar-se projetos inovadores. Já o agente de transformação é responsável por conduzir, junto com os agentes de idea-

ção, a transformação das ideias em projetos aplicáveis”, complementa Macioski.

Uma das novidades deste ano é que, devido à pandemia do coronavírus, as atividades deverão ocorrer majoritariamente em formato virtual. Assim, as aulas da trilha comum e da trilha específica serão realizadas por meio da plataforma Zoom. Já a trilha de mentoria será no laboratório de inovação, presencialmente, em meados de 2021.

O Programa de Inovação do Cooperativismo Paranaense é uma iniciativa do Sistema Ocepar desenvolvida em parceria com o Isae - Instituto Superior de Administração e Economia. Teve início em 2018, com a adesão de 70 cooperativas do Paraná, mais de 500 participantes e formou 14 turmas no ano passado.

Lançamento

No dia 17 de julho, foi realizado o lançamento estadual do ciclo 2020/2021, por videoconferência. Mais de 270 pessoas se inscreveram para o evento e 255 links de acesso foram disponibilizados, de acordo com a capacidade da ferramenta Microsoft Teams. Houve a participação de representantes de 68 cooperativas paranaenses dos mais diversos ramos, do Sistema OCB e de algumas organizações estaduais, como a do Mato Grosso do Sul, e do Isae.

“O sucesso obtido com a formação da primeira turma nos motivou a viabilizar o treinamento de mais lideranças e profissionais das

jornada

Mais 17 turmas, com 543 representantes de 68 cooperativas do Paraná e também do Sistema Ocepar, começaram a ser capacitadas pelo Programa do Cooperativismo Paranaense

cooperativas. Nós pretendíamos lançar esse novo ciclo em abril, mas a pandemia mudou os nossos planos. Estamos em isolamento há muitos dias e não sabemos quando iremos retornar. E, se estamos falando em dificuldade, adaptação e mudança, inovação é fundamental. Por isso, fomos em busca de opções e decidimos realizar o treinamento em formato virtual”, afirmou o superintendente do SESCOOP/PR, Leonardo Boesche, ao recepcionar os participantes do evento.

Na abertura, o presidente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken, destacou a relevância do processo de inovar. “Antes de falar do programa, é importante falar da inovação. As pessoas e as instituições de forma geral são reconhecidas quando produzem algo original e de valor. E, para atingir essa condição, é preciso inovar. É um processo que necessita de informações de qualidade e muita criatividade, que vão nos permitir ter ideias e despertar para o novo. Isso é inovar, de uma forma simples”, afirmou.

Ainda de acordo com ele, o fomento à inovação segue uma diretriz do sistema cooperativista nacional. “O nosso 14º Congresso Brasileiro de Cooperativismo (CBC), realizado em maio de 2019, deu uma atenção especial à questão da inovação. Nós participamos do evento e o tema número 3 era esse. Isso gerou uma diretriz básica para o sistema. Uma delas é desenvolver um programa

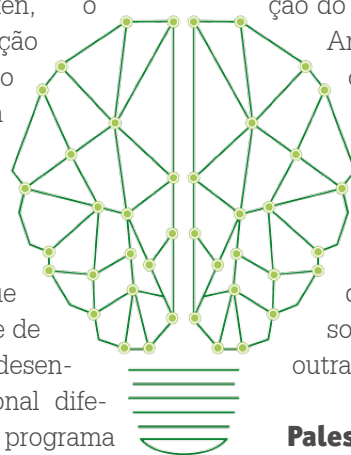
de capacitação em inovação para conselheiros, dirigentes e colaboradores do sistema cooperativo brasileiro, incluindo cooperativas e Sistema OCB. E é isso que estamos fazendo”, acrescentou.

Segundo Ricken, o Programa de Inovação do Cooperativismo Paranaense tem um propósito, que é disseminar a cultura da inovação, principalmente entre as lideranças, “que terão a oportunidade de experimentar um desenvolvimento profissional diferenciado”, frisou. “O programa visa incentivar a cooperativa à sua modernização em todos os aspectos. Nosso foco é

avancar naquilo que for preciso, de forma prática. Então, o programa, além de trazer esse aspecto mais teórico, se propõe a ser muito prático. Nós queremos criar condições para que as pessoas fiquem antenadas na realidade de mercado e com os movimentos de inovação

disseminados em todo o mundo. Nós queremos trazer o que tiver de melhor”, acrescentou.

No lançamento estadual do ciclo 2020/2021 houve ainda a participação da coordenadora de inovação do Sistema OCB, Samara Araújo. Ela apresentou o Inovacoop. “Ele é um site, um hub, um local onde a gente pretende fomentar a inovação nas cooperativas através de informações, cursos, ferramentas, entre outras opções”, explicou.



Palestra

PROGRAMA DE INOVAÇÃO

cooperativismo paranaense

O evento encerrou com a palestra “Inovação em tempos de grandes transformações”, ministrada pelo especialista Carlos Piazza. “O futuro é um lugar extremamente escuro, incerto, prospectivo. A gente realmente precisa iluminar o futuro, como disse o presidente Ricken, com a nossa imaginação e com criatividade”, afirmou. ■



Mais informações na landing page do Programa de Inovação do Cooperativismo Paranaense. Acesse <http://paranacooperativo.coop.br/programadeinovacao/>

por Sílvio Oricolli

OURO VEGETAL



Do campo aos navios, a soja é a soberana da pauta do agronegócio, suprindo demandas, remunerando bem o produtor e alavancando o superávit comercial brasileiro

Dois fatores favorecem, e muito, o agronegócio do Brasil: a produção histórica de suas lavouras e a demanda aquecida por commodities agrícolas, sobretudo da China, o principal destino dos embarques nos portos brasileiros. Os números, em volume e faturamento, são inflados pela soja, o principal produto da balança comercial do setor. Aliás, a Companhia Nacional do Abastecimento (Conab), em seu 11º boletim da safra, divulgado na manhã do dia 11 de agosto, anunciou que a produção da oleaginosa, com a colheita finalizada, estabeleceu novo recorde com 120,9 milhões de toneladas, superando em 5,1% o volume do período passado. Com isso, o país assume a condição de primeiro produtor mundial da oleaginosa, seguido pelos Estados Unidos, com safra de 96,68 milhões de toneladas, de acordo

com estimativa do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). A agricultura do Brasil, ainda na safra 2019/20, estabelecerá um volume sem precedentes, de 253,7 milhões de toneladas, com acréscimo de 4,8% sobre a produção do ciclo anterior, o que corresponde ao incremento de 11,6 milhões de toneladas na produção total.

Com aumento de 39% sobre os 7,44 milhões de toneladas exportadas no mesmo mês de um ano atrás, os embarques de soja fecharam julho em 10,37 milhões de toneladas, apontou a Secretaria de Comércio Exterior (Secex). No acumulado do ano, o Brasil colocou no mercado externo aproximadamente 70,72 milhões de toneladas de soja em grãos, superando em 38,21% os 51,17 milhões de toneladas exportados em igual período

de 2019. A Conab estima que, diante do cenário de forte demanda, os embarques do grão em 2020 devem totalizar 82 milhões de toneladas, com ótimas vantagens aos atores do agronegócio e reflexo positivo no saldo comercial brasileiro.

Focando dados oficiais, o especialista em planejamento estratégico do agronegócio e professor de administração na USP/Ribeirão Preto e na FGV, em São Paulo, Marcos Fava Neves, lembrou que, no primeiro semestre de 2020, as vendas externas do agronegócio renderam US\$ 51,6 bilhões, constituindo-se em valor histórico e com saldo positivo de US\$ 45,4 bilhões. “É impressionante, pois, se mantivermos esta performance no segundo semestre, o agro pode deixar algo entre US\$ 85 bilhões e US\$ 90 bilhões de saldo na balança comercial.” Neves

destacou ainda que o Ministério da Agricultura estima que o Valor Bruto da Produção (VBP) deve encerrar o ano com patamar recorde de R\$ 716,7 bilhões, 8,8% acima da cifra de 2019. E classificou a soja como a maior protagonista deste desempenho, com faturamento de R\$ 173,5 bilhões, performance 3,5% superior à do ano passado. E a pecuária, com aumento de 3,4%, deve atingir R\$ 236,6 bilhões.

Mercado em alta

Na avaliação do gerente de Desenvolvimento Técnico da Ocepar, Flávio Turra, os bons resultados da soja devem-se à adoção da tecnologia adequada do plantio à colheita e, claro, à ajuda do tempo. A área, segundo a Conab, com aumento de 3% sobre a anterior, foi de 36,94 milhões de hectares. Aliado a isso, houve incremento de 2% na produtividade média, para 3,27 toneladas por hectare. O resultado final das lavouras foram os 120,9 milhões de toneladas do grão, o que representa aumento de 5,1% de uma safra para a outra. No Paraná, de acordo com o Departamento de Economia Rural (Deral), foram colhidos 20,7 milhões de toneladas em 5,47 milhões de hectares, com rendimento de 3,8 toneladas por hectare. Desse volume, já foram vendidos 18,8 milhões de toneladas.

E, em um mercado de demanda aquecida, a soja se reafirma como a vedete das commodities agrícolas. O USDA, por exemplo, prevê consumo mundial de 348,4 milhões de toneladas da oleaginosa neste ano, frente à produção estimada de 337,1 milhões de toneladas, que deve ser somada aos 112,7 milhões de toneladas do estoque do ciclo passado. No Brasil, segundo a Conab, o estoque inicial deste ano estava em 4,8 milhões de toneladas; o consumo interno deve ser de 48,3 milhões de toneladas. O resultado do quadro de oferta e procura pelo grão é a manutenção de mer-

cado firme para a oleaginosa que, como lembrou Turra, estabeleceu preço médio de R\$ 86,99 para a saca de 60 quilos nos sete primeiros meses do ano no Paraná, superando em cerca de 23% os R\$ 70,77 de igual intervalo de 2019, conforme levantamento do Deral. A evolução do preço, no entanto, não para, apontou o gerente da Ocepar: em muitos municípios paranaenses o valor da saca superou os R\$ 100,00. Em julho, a cotação média no estado foi de R\$ 98,88. Pontuando a elevação, o gerente lembrou que no dia 10 de agosto a saca foi negociada, em média, a R\$ 105,02.

Ainda com base em indicado- >>

Marcos Fava Neves estima que o agronegócio pode contribuir com até US\$ 90 bilhões para o saldo na balança comercial

Foto: Arquivo Pessoal

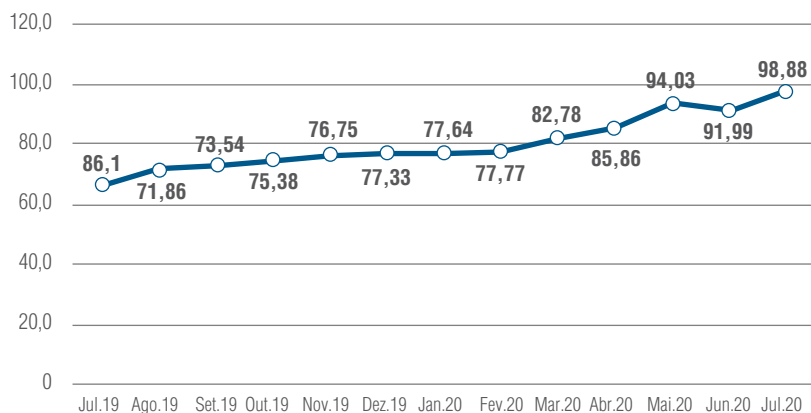


PRINCIPAIS DESTINOS DA SOJA (2019)

Nº	Bloco/País	Volume (milhões de ton)	Part (%)
1	CHINA	58	78,30%
2	ESPANHA	2,2	2,90%
3	PAÍSES BAIXOS	1,7	2,30%
4	TAILÂNDIA	1,7	2,30%
5	IRÃ	1,5	2,10%
6	TURQUIA	1,3	1,80%
7	RÚSSIA	1	1,30%
8	PAQUISTÃO	0,8	1,10%
9	MÉXICO	0,7	0,90%
10	VIETNÃ	0,7	0,90%
11	DEMAIS PAÍSES (38)	4,5	6,10%
TOTAL		74,1	100,00%

Fonte: Mapa

PREÇO DA SOJA (R\$/sc)



Fonte: Deral/Seab

res do Deral, Turra disse que o cenário tem deixado os sojicultores satisfeitos com os retornos da soja, considerando valores médios. Por exemplo, se o custo operacional da cultura por saca, que inclui investimento em insumos para a produção e a remuneração do capital próprio e da terra, teve um ajuste de 5,68%, passando de R\$ 37,50 para R\$ 39,63 de 2019 para 2020, o ganho de uma safra para a outra foi muito compensadora, com mais de 31%, elevando a margem de R\$ 37,77 da safra 2018/19 para R\$ 49,49 na última.

Soja paraguaia

A aceleração e crescimento das vendas para o mercado externo têm refletido na redução da oferta do grão no mercado interno e mexido com a cotação, o que explica, por exemplo, o preço da saca da soja, no mercado spot, ter chegado a R\$ 120,00 em algumas praças paranaenses. E deverá refletir no aumento dos gastos de outras cadeias, como na de proteína animal. Um estudo da Embrapa mostra que o impacto da alimentação é de 70,5% no custo de produção de aves e de 74,9% na de suínos. E o farelo de soja também entra na formulação das rações, por isso, tende a crescer o custo do insumo para a criação dos animais. E como a oleaginosa



Foto: Ivan Bueno/Agp
Acelerados, os embarques de soja podem fechar o ano com até 82 milhões de toneladas, tendo a China como principal destino

é importante componente na produção de biodiesel, o aumento do preço da commodity pode elevar os custos do combustível, pondera o gerente da Ocepar.

Alternativa viável para suprir a demanda é adquirir soja no Paraguai. Aliás, o país vizinho aumentou os negócios com o Brasil em 370% no primeiro semestre do ano, com a venda de 379,1 mil tonela-

das frente às 80,6 mil toneladas do mesmo intervalo de 2019. Esse crescimento não decorre apenas do atendimento da necessidade da agroindústria brasileira, mas também do interesse dos paraguaios que, por causa do baixo nível de água nas hidrovias que tem atrapalhado o escoamento de sua produção agrícola, buscam outras rotas para exportar o produto. ■

Firme e forte

A agitação no mercado de grãos destinados à produção de ração não chega a preocupar o sistema integrado de produção de proteína animal, pois o setor trabalha com estoque suficiente para atender o consumo do ano, informou Elias José Zydek, diretor-executivo da Frimesa Cooperativa Central, com sede em Medianeira, no oeste do Paraná, e que processa atualmente 8,3 mil suínos por dia. O mercado externo de proteína animal se mantém aquecido também fomentado pela China que teve de reduzir drasticamente o seu plantel devido aos surtos de peste suína africana. Para atender a demanda interna, precisou buscar grandes volumes desta proteína em outros países. "Toda essa movimentação teve origem na China, há dois anos, e foi de tal ordem que desequilibrou, positivamente para nós, o mercado de proteína animal", lembrou o executivo. Segundo ele, o preço está firme no mercado externo, entre US\$ 3 e US\$ 3,2 o quilo da carne suína, devido à forte procura, tanto que o Brasil deve exportar 1 milhão de toneladas frente às 700 mil toneladas embarcadas no ano passado. A China, que é o maior produtor, também é o que mais demanda, tanto que responde por 50% do consumo mundial estimado em 112 milhões de toneladas no ano. "Os chineses, que importavam dois milhões de toneladas de carne suína passaram a precisar importar 15 milhões de toneladas. O descompasso foi tão grande que tiveram de aumentar as importações de carne bovina e de aves", esclareceu Zydek.

O Brasil deve produzir quatro milhões de toneladas e exportar 25% deste total. Os embarques paranaenses devem chegar a 100 mil toneladas de uma produção de 900 mil toneladas de carne suína. O consumo per capita brasileiro, que era de 16 quilos há quatro anos, caiu para 14,8 quilos devido à crise econômica. O consumo na China é de 35 quilos por habitante, enquanto na Europa é de 40 quilos per capita. O diretor-executivo da Frimesa comentou que, puxado pelo aumento das exportações, o preço pago pelo quilo da carne aos suinocultores integrados, que estava em torno de R\$ 4,35 há uns quatro meses, atualmente é de R\$ 5,00. No período, o custo de produção também aumentou, de R\$ 4,15 para R\$ 4,45. "No geral, houve uma compensação e a margem continuou a mesma, o que é favorável tanto para o produtor como para a indústria."

Segundo ele, a perspectiva para o segundo semestre é positiva, por causa do natural aumento do consumo no mercado interno devido à demanda de final de ano. "A expectativa, no entanto, é até quando o governo irá manter os benefícios para a população de baixa renda devido à pandemia. Sentimos que é isso que está dando sustentação ao consumo de alimentos, pois o poder aquisitivo da população está baixo", avaliou Zydek.



Foto: Samuel Milão Filho/Sistema Ocepar

Elias Zydek: "A margem continuou a mesma, o que é favorável tanto para o produtor como para a indústria"

uniprimebr.com.br
facebook.com/uniprime
uniprimebr.com.br/#universo

R\$ **3 BILHÕES**

em ativos administrados

Conquista que expressa o constante crescimento da Uniprime e traduz a confiança que os cooperados depositam na cooperativa.

**É isso que nos faz fortes,
é isso que nos torna sólidos!**

 **Uniprime**
cooperativa de crédito

 **Uniprime**
cooperativa de crédito

por Ricardo Rossi

Adaptação rápida às MUDANÇAS

Seminário conjunto das três entidades de representação do cooperativismo da Região Sul debateu a implantação da lei de proteção de dados

“Quem não se adapta, não sobrevive. Será o mercado que fará a seleção natural. A fiscalização virá muito mais dos cidadãos, do que propriamente dos órgãos oficiais. As cooperativas devem se adequar à nova legislação para continuar entregando valor e confiabilidade a seus clientes”, afirmou o advogado Cristhian Groff, durante sua palestra no Seminário de Direito Cooperativo da Região Sul, na tarde do dia 23 de julho. O evento, organizado em parceria pelas entidades de representação do cooperativismo nos três estados (os Sistemas Ocepar, Ocesc e Ocergs), foi acompanhado via internet por cerca de 150 pessoas. Nesta edição do Seminário, a primeira de forma virtual, a Ocergs foi a entidade anfitriã. O tema do encontro foi a Lei Geral de Proteção de Dados em Cooperativas.

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD, Lei nº 13.709/2018), é a legislação brasileira que regula as atividades de tratamento de dados pessoais. A previsão é de que entre em vigor em 3 de maio de 2021. Com a nova lei, os cidadãos passam a ter direito à confirmação de que existe um ou mais tratamento de dados sendo realizado; acesso aos dados pessoais conservados que lhe digam respeito; correção de dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados; portabilidade de dados a outro fornecedor de serviços ou produto; informações sobre o compartilhamento de seus dados com entes públicos e privados, caso exista; reclamação contra o controle de dados junto a autoridade nacional; oposição, caso discorde de um tratamento feito sem consentimento e o considere irregular, entre outros.

A abertura do Seminário coube ao presidente



Nova legislação entrará em vigor em 2021 e estabelece penalidades que podem chegar a R\$ 50 milhões

do Sistema Ocergs, Vergílio Frederico Perius, com a participação da gerente jurídica do Sistema OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), Ana Paula Andrade Ramos Rodrigues. A advogada Daniely Silva representou o Sistema Ocepar na organização e realização do evento. Segundo o advogado e palestrante Cristhian Groff, as cooperativas devem desenvolver um projeto de implementação para a adaptação às exigências da nova lei. “Planeje, conscientize seus cooperados e funcionários, defina um grupo de trabalho, nomeie encarregado, defina a metodologia mais adequada e as ferramentas que serão utilizadas, identifique as principais atividades e etapas e estabeleça um cronograma”, recomendou.

A nova lei estabelece penalidades que podem ser desde uma advertência, até uma multa de até 2% do faturamento da empresa, limitada a R\$ 50 milhões por infração; multa diária; divulgação pública da infração; eliminação de dados; bloqueio do banco de dados por até 12 meses; suspensão das atividades relacionadas ao tratamento de dados pessoais por até 12 meses; proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas ao tratamento de dados pessoais.

Depois da palestra de abertura, as cooperativas Frísia (Paraná), Sicoob Central (Santa Catarina) e Unimed Central (Rio Grande do Sul) apresentaram seus casos de implementação da LGPD. Cada cooperativa teve dez minutos para apresentar os trabalhos que estão desenvolvendo. A assessora jurídica da Frísia, Marta Auer, explicou aos participantes do Seminário os detalhes sobre o processo de implantação e conscientização a respeito da nova lei na cooperativa. ■

Tradição, inovação E COOPERAÇÃO

Esses são os três pilares que sustentam o desenvolvimento da Frísia, a mais antiga cooperativa de produção do Paraná, que chegou aos 95 anos

Em seus 95 anos, a Frísia acompanhou e, muitas vezes, protagonizou transformações significativas no campo. Para estar em permanente crescimento, a cooperativa utilizou a sua experiência, lançando mão de tecnologias e sistemas de produção e gestão inovadores sem esquecer do que tem de mais forte: a união dos associados e colaboradores. No dia 1º de agosto, a Frísia comemorou suas conquistas com o olhar no futuro, principalmente na geração de valor e tecnologia. Mesmo com todos esses anos de história, a cooperativa constantemente se reinventa, sem deixar de lado sua essência.

A Frísia é a cooperativa de produção mais antiga do Paraná, estado que, ao todo, tem 216 entidades do sistema. No Brasil, é a segunda em existência. Em 2019, alcançou R\$ 2,9 bilhões em faturamento, com 857 cooperados em mais de 30 municípios do centro-sul do Paraná e 16 no Tocantins. Suas conquistas têm como base os valores Fidelidade, Responsabilidade, Intercaptação, Sustentabilidade, Integridade e Atitude (FRÍSIA).

O diretor-presidente do Conselho de Administração, Renato Greidanus, afirma que a cooperativa tem uma história muito rica. “No início, os presidentes ti-

veram muita dificuldade, mas com muita luta e trabalho conseguiram levar a cooperativa adiante. Sabemos que, para conduzir a Frísia nesses 95 anos, precisamos de um plano estratégico muito forte, que foi sempre pautado no compromisso, na ética e no trabalho. Temos até hoje o tripé que nos move sempre à frente que é a educação, a fé e o cooperativismo. E isso fez com que nós chegássemos aos 95 anos e continuássemos construindo essa história.”

A história da cooperativa se funde à chegada das primeiras famílias holandesas que se estabeleceram na região paranaense dos Campos Gerais. Em 1925, 14 anos após o início do movimento de imigração, esses pioneiros desenvolveram o que pode ser considerada a primeira forma de inovação e empreendedorismo (de gestão e produção), ou seja, a iniciativa em criar uma cooperativa.

Na ocasião, sete sócios e uma produção leiteira de 700 litros/dia produziam manteiga e queijo, comercializados em Ponta Grossa, Castro, Curitiba e, posteriormente, em São Paulo. Foi a união de quatro fabriquetas que originou a Sociedade Cooperativa Hollandesa de Laticínios. Em 1928, ela deu origem à marca Batavo, que, em 1954, foi incorporada à Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Ltda. (CCLPL).

Em agosto de 2015, nos seus 90 anos, a Batavo Cooperativa Agroindustrial decide mudar sua denominação social para Frísia Cooperativa Agroindustrial, desvinculando-se do antigo nome em virtude de sua venda para o mercado varejista nos segmentos de carnes e lácteos. Sua história e essência permanecem as mesmas, bem como as estruturas, colaboradores e famílias de associados.

Agora, chega aos 95 anos sem esquecer todo o caminho que a levou ao patamar atual. “A cooperativa é uma sociedade de pessoas para pessoas. Sempre, dentro do modelo cooperativista, vamos ter pessoas envolvidas. Sejam nossos colaboradores, sejam nossos cooperados, seus familiares e toda a sociedade que está a nossa volta. Isso é o que nós sempre trabalhamos e continuará sendo a essência da cooperativa”, conclui Greidanus. ■



Foto: Arquivo Frísia

Em 1925, um grupo de famílias de imigrantes criou a Sociedade Hollandesa de Laticínios Ltda, dando origem a essas nove décadas e meia de história

Conexão Frencoop

O apoio da Frencoop na derrubada dos vetos da Lei do Agro

Com 440 votos na Câmara e 64 no Senado, durante sessão remota, o Congresso Nacional derrubou, no dia 12 de agosto, vetos a três artigos da Lei do Agro (13.986/2020) que altera as regras do crédito rural. Entre os trechos retomados estão a desoneração de produtores rurais, na transação de créditos de descarbonização, o pagamento de contribuições à Seguridade Social e os custos com despesas de cartório.

A Lei do Agro é resultado das modificações feitas pelo Poder Legislativo na Medida Provisória 897/2019, aprovada em abril deste ano, que ficou conhecida como MP do Agro. Relator da medida na Câmara, o deputado Pedro Lupion (DEM-PR) destacou que a norma trata da concessão de créditos e de financiamentos de dívidas de produtores rurais. “A derrubada dos vetos vem num bom momento e vai ajudar a desburocratizar o acesso do produtor rural ao crédito. Essas medidas podem ampliar em R\$ 5 bilhões as receitas de financiamento do agronegócio no Brasil,” disse.

Os parlamentares também retomaram o trecho do artigo 55, que muda o entendimento da Receita Federal na Solução de Consulta Cosit 11/2017. Segundo o vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Sérgio Souza (MDB-PR), a norma altera a base de cálculo da contribuição devida pelo empregador rural, que é pessoa física, à Seguridade Social, excluindo determinadas parcelas da produção do conceito de receita bruta para cobrança do tributo. “A medida super tributava o sistema integrado de cooperativas. Um cooperado, por exemplo, pagava até dez vezes mais tributos que o



Foto: Reynaldo Stavale

O Congresso Nacional, atendendo gestões do cooperativismo, derrubou vetos e restabeleceu garantias ao setor na Lei do Agro

integrado de uma empresa multinacional.” Com a derrubada do veto, conforme o deputado Evair de Melo (PP-ES), o sistema no país passa a ter segurança jurídica nas operações não comerciais realizadas pelas cooperativas agropecuárias com seus cooperados. “Independentemente da bandeira partidária, o que precisamos é ter foco no Brasil.” A retomada da medida equipara ainda o sistema integrado de cooperativas ao de empresas, o que garante aos cooperados a redução da alíquota de contribuição social e a equiparação tributária.

O presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas, comentou o assunto: “A derrubada deste veto visa evitar injustiças na cobrança previdenciária dos produtores rurais associados em cooperativas, ao assegurar o tratamento isonômico entre os vários tipos de agentes econômicos nas operações de integração vertical.”

Sistema Ocepar

Ao comentar a importante conquista das cooperativas agropecuárias, com a derrubada dos vetos da MP do Agro, o presidente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken, fez questão de ressaltar o importante apoio das bancadas da Frencoop e da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). “Só temos que agradecer a todos aos parlamentares da bancada do Paraná que integram a Frencoop e a FPA e de outros estados, que se empenharam em conseguir os votos necessários para que isso fosse possível. Sem deixar de reconhecer o importante trabalho da OCB, que acompanhou de perto todo este processo e subsidiou os parlamentares com argumentos suficientes para a derrubada do veto. Posso afirmar que, muito mais que uma conquista, foi a vitória do diálogo e do bom senso que acabou prevalecendo nesta votação histórica. Todos saem vencedores”, frisou. Para Ricken, com a derrubada desses vetos

Um dos principais canais de representação e negociação para o cooperativismo é a Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), grupo formado por deputados e senadores que defendem os interesses das cooperativas no Congresso Nacional. Os parlamentares da Frencoop são responsáveis por apresentar leis favoráveis ao cooperativismo e desenvolver o diálogo com os poderes Executivo e Judiciário



“foi restabelecida a justiça, dando uma maior segurança jurídica ao processo de integração das cooperativas, deixando claro agora o que representa a lei da integração para o setor. Não era justo onerar a mais um produtor integrado numa cooperativa que numa outra empresa integradora”.

Negociações

“Não considero que foi um confronto com o governo, pelo contrário, Ricken, conseguimos comprovar que, da forma que estava, era um ato injusto contra milhares de produtores cooperados. Com o apoio da bancada da Frencoop, negociamos com a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, com o ministro da Casa Civil, Braga Neto, e com os demais setores do governo e, assim, foi possível a derrubada dos vetos neste momento”, disse Ricken.

O líder cooperativista lembrou que o assunto do ato de integração das cooperativas havia sido aprovado na Câmara e no Senado por maioria absoluta de votos, mas o Palácio do Planalto acabou vetando dentro de um bloco de ações. “Diante disso, passamos a nos mobilizar para reverter a situação com o apoio da nossa bancada em Brasília, tanto na Câmara como no Senado.”

“Alguns parlamentares da bancada paranaense estiveram mais à frente dessa derrubada do veto. Destacamos o deputado federal Pedro Lupion, autor desta emenda da Lei do Agro e que, nas discussões junto ao governo, contribuiu muito, em especial junto à liderança do governo, com posições técnicas mostrando os prejuízos que isso causaria ao setor. O deputado Sérgio Souza, que é vice-presidente da FPA e tem sua origem numa região do Paraná onde as cooperativas agropecuárias têm uma importância grande no desenvolvimento, nos auxiliou numa interlocução com a ministra

da Agricultura. A deputada Aline Sleutjes, vice-líder do governo, que até o último minuto da votação estava em permanente contato com os demais líderes e com o Palácio. Os deputados Ricardo Barros, Evandro Roman e Luiz Nishimori que também acompanharam de perto o assunto e se posicionaram a favor das cooperativas. Enfim, agradecemos a todos os deputados e senadores que integram a Frencoop e que realizam um trabalho excelente em Brasília na defesa deste setor que tanto contribuí para o desenvolvimento do Paraná e do Brasil”, lembrou.

Educação Política

O presidente Ricken frisou que o resultado deste trabalho, em Brasília, se deve, em parte, ao Programa de Educação Política que o

Sistema Ocepar realizou em 2018, durante as eleições. “Com o programa, pudemos eleger uma bancada comprometida com o setor cooperativista e que, hoje, integra a Frencoop. Mais importante que isso, o programa procurou conscientizar a população sobre a necessidade de votar em pessoas preparadas e comprometidas. Assim nós teríamos um sistema político cada vez mais representativo e forte. Este esforço realizado pelo Sistema Ocepar e pelas cooperativas, com mais de 1,3 milhão de pessoas, integradas através de redes sociais, ajudou muito e será um modelo que iremos repetir no futuro. Este trabalho permitiu que a gente tenha hoje uma frente com parlamentares comprometidos com a causa cooperativista”, disse.

A FORÇA DA FRENCOOP NO CONGRESSO OBRIGADO DEPUTADOS E SENADORES

As cooperativas agropecuárias paranaenses agradecem aos deputados e senadores pela derrubada aos vetos da Lei do Agro (Cosit-11).



Dep. Aline Sleutjes



Dep. Sergio Souza



Dep. Pedro Lupion



Dep. Evair de Melo

“Foi restabelecida a justiça, dando uma maior segurança jurídica ao processo de integração das cooperativas.”
José Roberto Ricken - Presidente do Sistema Ocepar



Conexão Frencoop



Foto: Assessoria Parlamentar deputado Sérgio Souza

Deputado Sérgio Souza se encontra com a ministra Tereza Cristina para expor sua preocupação em relação ao tema

Interlocução com a ministra da Agricultura Tereza Cristina

O deputado federal Sérgio Souza, que integra a bancada da Frencoop no Congresso, atual vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária na Câmara, foi um dos articuladores na derrubada dos vetos da MP do Agro, no dia 12 de agosto. Para tentar reverter o cenário que prejudicava milhares de produtores cooperados, o deputado trabalhou por dois anos em diversas frentes. Dias antes da votação, ele se reuniu com a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, quando expôs sua preocupação e mostrou o que estava ocorrendo. Segundo ele, a interpretação que estava se dando prejudicava todo o mercado. “Estava praticamente inviabilizando a competitividade e penalizando todo o sistema cooperativo, provocando um desequilíbrio, deixando as cooperativas em desvantagens em relação às grandes indústrias”, disse o parlamentar na ocasião. O produtor rural cooperado/integrado vinha sofrendo uma grande injustiça na cobrança previdenciária feita pela Receita Federal. Desde 2017, com a Solução de Consulta 11 (Cosit-11), o órgão não reconhece as cooperativas como sociedade empresarial e, por este motivo, não têm direito ao regime de verticalização, o que eleva a contribuição para alíquota plena. Ao não serem reconhecidas como sociedade empresarial, as cooperativas perdem o direito à redução da contribuição previdenciária abatidos os valores dos insumos fornecidos. “Isso faz com que os

produtores cooperados/integrados paguem até 10 vezes mais do que deveriam”, protestou o deputado, que também é secretário-geral da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop).

Um exemplo simples sobre o que está ocorrendo é a cadeia de produção do frango. No caso de uma empresa integradora e de sua relação com o produtor rural integrado, só é cobrada o Funrural do valor do frango, subtraindo os custos com vacinas, ração e outros medicamentos. “No caso de associado de cooperativa, é cobrado a alíquota cheia do Funrural sobre a receita bruta sem o direito de abater os custos com vacinas, medicamentos, ração, onerando mais que outro produtor que vende para empresas mercantis, como a Sadia ou Perdigão”, destacou o deputado.

Além de desconsiderar a legislação vigente, a interpretação dada pela Receita Federal aos atos praticados pelas cooperativas onera excessivamente o custo de produção no regime de integração praticados por elas, representando flagrante desvantagem em relação aos demais modelos societários.

Vale a pena destacar que as cooperativas agropecuárias e seus cooperados sempre atuaram no modelo de integração vertical, mesmo antes da publicação da Lei 13.288/2016, que assegurou a aplicação desse sistema de produção às cooperativas.

Na prática, a derrubada do veto não altera a regra tributária, nem resulta em ampliação do rol de beneficiários ou concede novas isenções. Assim, o texto dispõe sobre a adequada interpretação sobre a apuração da receita bruta decorrente da entrega da produção dos cooperados às cooperativas e a correta forma do cálculo de determinadas contribuições, deixando expresso e claro um tratamento que já existe. Neste sentido, a OCB e os parlamentares conseguiram debater a importância do tema com o Poder Executivo, que concordou com a derrubada do veto.

“As cooperativas agropecuárias não pararam nem um minuto sequer durante a pandemia. Isso só mostrou a relevância delas para o país. Votar contra a derrubada do veto da Cosit 11 seria um contrassenso. Se queremos uma economia forte, a gente precisa ver de perto a necessidade de cada setor essencial, como é o caso dessas cooperativas”, destacou Sérgio Souza.

Nishimori apresenta projeto na Câmara para que Maringá seja Capital Nacional do Associativismo

O deputado federal, Luiz Nishimori propôs um novo projeto que concede a Maringá, no Paraná, o título de Capital Nacional do Associativismo devido ao sucesso de suas cooperativas e ao grande trabalho realizado principalmente no setor agropecuário. O Projeto de Lei 5.420/2019, apresentado por Nishimori, ressalta a importância de Maringá como sede de cooperativas de vários ramos. “A cidade é conhecida por sua forte cultura cooperativista, ao abrigar diversas cooperativas dos mais variados segmentos, como agropecuário, crédito, serviços, saúde, trabalho que ajudam e movimentam a economia do município. Precisamos reconhecer este valor e contribuição”, lembra o parlamentar.

Segundo Nishimori, este segmento é um dos mais promissores e crescentes do país. “Precisamos colaborar e incentivar nossas cooperativas, principalmente no atual cenário que vivemos, precisamos dar força e colaborar com todos que se mantêm firmes, mesmo diante dos desafios impostos por esta pandemia.” Projeto semelhante a este também foi apresentado pelo senador Flávio Arns e que teve aprovação, no dia 17 de dezembro de 2019, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Na época, o projeto (PL 5.289/2019) foi encaminhado para apreciação da Câmara Federal.



Foto: Assessoria Parlamentar

Deputado Luiz Nishimori

Lupion destaca conquistas importantes para o cooperativismo

Duas vitórias recentes para o cooperativismo brasileiro contaram com a articulação do deputado federal Pedro Lupion (DEM-PR) nos bastidores do Congresso Nacional. Primeiro, a aprovação da MP 931, que vai permitir a prorrogação, por um ano, do prazo para que cooperativas realizem Assembleias Gerais Ordinárias. O presidente Jair Bolsonaro sancionou a matéria, que se tornou a Lei nº 14.030/2020. Em outra vitória para o setor, Lupion, como Coordenador Institucional da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e membro da diretoria da Frencoop – Frente Parlamentar do Cooperativismo –, trabalhou pela aprovação do PL 1282/2020, também sancionado pelo presidente da República e que virou a Lei nº 12.999/20. No projeto, há trecho que inclui cooperativas de crédito entre as instituições financeiras que podem oferecer linhas de apoio às micro e pequenas empresas afetadas seriamente pela pandemia da Covid-19. O parlamentar trabalhou para que esse destaque fosse incluído no texto. Lupion trabalha ainda pela aprovação do PDL 709/2019. O projeto trata da não aplicabilidade do contrato de parceria ou integração rural para regular as relações entre cooperativas e cooperados, para fins de incidência de contribuição previdenciária. “Isso pode gerar um elevado ônus no custo de produção das cooperativas, prejudicando as condições de trabalho e de geração de renda e oportunidade por elas”, lembra o parlamentar. Além do trabalho de articulação e negociação, Lupion possui propostas em tramitação no Congresso para favorecer as cooperativas. Ele assina, como autor, o que garante cobrança justa de Imposto de Renda das cooperativas brasileiras (PL 3351/2019). A Receita Federal não reconhece o abatimento de despesas do cooperativismo e exige o pagamento sobre o total das receitas das aplicações feitas. Isso traz sérios prejuízos aos grupos cooperados.



Foto: Assessoria Parlamentar
Lupion articulou para que todos os vetos à Lei do Agro fossem derrubados

Lei do Agro

Lupion também lutou pelas cooperativas na aprovação da Lei do Agro, Lei nº 13.986/2020, que trouxe inovações importantes para o setor, como o reconhecimento do ato cooperativo nas operações de integração vertical das empresas e a equiparação de custos em cartório para algumas operações, para fins de obtenção de crédito rural; e no acesso de cooperativas de crédito aos fundos constitucionais de bancos federais para desenvolvimento econômico e social das regiões brasileiras. Na sessão do dia 12 de agosto, o deputado articulou para que todos os vetos à lei do agro fossem derrubados.

Graças ao agronegócio, o Brasil continua se alimentando, diz Guedes

A deputada Aline Sleutjes, integrante da bancada paranaense da Frencoop, foi a mediadora do Fórum de Incentivo à Cadeia Leiteira que, durante cinco edições, ouviu o pequeno, médio e grande produtor para expor situações e propor ao governo um plano de apoio ao setor leiteiro. No dia 10 de agosto, a parlamentar reuniu os ministros Paulo Guedes e Tereza Cristina, da Economia e Agricultura, respectivamente, para debater o potencial agrícola do país. O Brasil tem o domínio da tecnologia da agricultura tropical, com até três safras no ano, e os coloca como uma potência agrícola não só do presente, mas também do futuro. A afirmação foi feita pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. “O pessoal do campo manteve as prateleiras cheias para que o povo brasileiro pudesse manter o distanciamento social e tentar furar essa primeira onda do vírus com muita dificuldade, mas com valentia. O Brasil praticamente não foi atingido nas exportações”, afirmou Guedes, em alusão a pandemia no país. “Nossa resiliência é tão forte que remanejamos as exportações para Ásia, principalmente a China, diante da diminuição de exportações, para os EUA, Europa e Argentina.”

Na avaliação da ministra da Agricultura, Tereza Cristina, a cadeia do leite se organizou no país. “É isso que vai dar a ela previsibilidade e poder de negociação com os laticínios. Preço justo é o produtor conhecer o seu custo de produção – saber quanto gasta e quanto custa o litro de leite.”

No debate, a ministra também reforçou a abertura de novos mercados para dar equilíbrio à cadeia produtiva. “Com a abertura da China, do Egito e tantos outros mercados, nós temos um desafio de organizar o setor para a exportação.”

O ministro da Economia também enfatizou a importância do diálogo do governo com o setor do agro e disse que “precisamos importar mais máquinas e equipamentos para permitir a modernização da agricultura brasileira”.

Ainda assim, o setor enfrenta dificuldades por altos custos na produção em consonância com a falta de políticas públicas. “Essa crise tem gerado cada vez mais a inviabilidade da atividade leiteira, colocando em risco, além do sustento de milhares de produtores – o fornecimento de um produto de tamanha importância na alimentação dos brasileiros,” disse a deputada federal Aline Sleutjes.

O Brasil é o 3º maior produtor de leite do mundo e o alimento é o sexto de maior importância na cadeia do agronegócio. No país, há 1,171 milhão de estabelecimentos produtores de leite, desde o pequeno da agricultura familiar, passando pelo médio e grande produtor. Atualmente, cerca de 20 milhões de pessoas vivem da cadeia produtiva do leite.



Foto: Agência FPA
Deputada Aline Sleutjes debateu com Tereza Cristina e Paulo Guedes a cadeia do leite

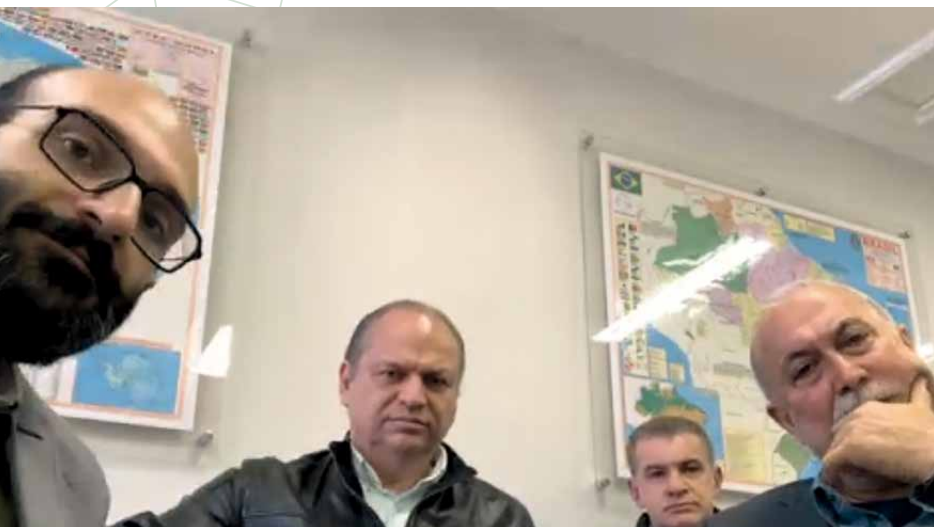


Foto: Samuel Milheiro Filho/Sistema Ocepar

Irã quer fortalecer negócios com as cooperativas paranaenses

Atualmente o Irã ocupa a 23ª posição no ranking de exportações brasileiras, o que significa 1,03% de tudo que exportamos para o mundo. Já as importações ocupam o 70º lugar no ranking, conforme dados oficiais de 2019. Com o objetivo de fortalecer esses negócios, em especial com as cooperativas agropecuárias do Paraná, os deputados federais Ricardo Barros e Evandro Rogério Roman promoveram, na manhã do dia 6 de agosto, uma videoconferência com representantes da Embaixada do Irã, de cooperativas paranaenses e dos sistemas Ocepar e OCB.



Ao fundo, na primeira imagem, os deputados Ricardo Barros e Evandro Roman, acompanham videoconferência entre representantes da Embaixada do Irã com lideranças cooperativas

Os principais produtos comercializados entre o Brasil e o país do Golfo Pérsico são milho em grão (44%), soja (26%), farelo e resíduos da extração de óleo de soja (13%), carne bovina (10%), açúcar de cana (7,1%), além de fumo, produtos básicos e manufaturados, que resultaram em negócios de U\$ 2,1 bilhões (2019). Entre as importações realizadas, o destaque está para ureia, com total de U\$ 86,7 milhões, uvas frescas, objetos de vidro, produtos manufaturados, obras de mármore, medicamentos, entre outros. Resultando U\$ 89 milhões, com um saldo positivo a favor do Brasil na balança comercial de U\$ 2,02 bilhões em 2019.

Para José Roberto Ricken, presidente do Sistema Ocepar e que participou da reunião, “é importante conhecer um pouco mais sobre os interesses do Irã em relação ao comércio entre os dois países e quais oportunidades podem ser acessadas”. Já o representante comercial da Embaixada, Farshad Salehi, membro do conselho de administração da Organização de Desenvolvimento Industrial e Renovação do Irã (IDRO), disse que o foco das exportações do Irã para o Brasil, em termos de fertilizantes, é a ureia. “Alguns anos atrás iniciamos operações de Barter, ou seja, realizar a troca de ureia por milho e açúcar brasileiros. Esse formato fez com que o preço da ureia ficasse 20% mais barato do que no mercado normal de compra e venda”. Segundo Salehi, seu país tem possibilidade para expandir esse modelo para outros fertilizantes como o potássio e outro fertilizante feito à base de nanotecnologia. Ele também disse que há pouco mais de um ano iniciaram venda de fertilizantes para o Brasil, cerca de 25 milhões de toneladas.

Os deputados Ricardo Barros e Evandro Roman integram Grupo Parlamentar de Amizade Brasil – Irã e a Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop) no Congresso e se colocaram à disposição para dar continuidade a este processo de aproximação entre a Embaixada e as cooperativas do Paraná. “Há um enorme potencial econômico-comercial a ser explorado”, frisou Roman. “Queremos fortalecer essas relações comerciais para que seja benéfico para os dois países. Enviaremos na sequência todos os detalhes dessas oportunidades aqui apresentadas por Farshad Salehi para que analisem e voltem a nos contatar”, destacou Barros.

NOVA ROTINA

Como o setor de saúde está se adaptando às mudanças geradas pela pandemia

A pandemia de Covid-19 impôs uma centena de mudanças na rotina das pessoas e, conseqüentemente, das empresas. E as ligadas ao ramo de saúde se viram em uma situação ainda mais crítica. Além de toda a reformulação necessária, os profissionais dessa área que, muitas vezes, integram as linhas de frente do combate à doença, precisam de cuidados diferenciados.

E, pensando nos colaboradores, cooperados, beneficiários e na sociedade, o Sistema Unimed Paranaense reorganizou suas atividades. Uma das primeiras providências foi montar um Comitê de Contingência para monitorar dia a dia a situação e avaliar as medidas necessárias de prevenção e assistência. Além disso, está sendo realizado o telemonitoramento dos casos suspeitos, confirmados e em investigação.

Foram também produzidos materiais com informação e orientação para os públicos das Unimeds e comunidade em geral, incluindo vídeos com dicas para o enfrentamento do isolamento social, tratando sobre atividades físicas, alimentação, cuidados com a higiene, controle da ansiedade e depressão e exercícios de respiração, tudo disponibilizado nas mídias do Sistema Unimed Estadual.

Preocupadas com a diminuição da receita dos cooperados que, em muitos casos, tiveram que fechar seus consultórios, as Unimeds prestaram auxílio financeiro e, também, os isentaram das mensalidades do plano de saúde por alguns meses. E, para garantir que os médicos se sintam seguros em continuar suas atividades essenciais neste momento, foi realizada ação de vacinação contra a gripe e, em algumas regiões, os testes para Covid-19 já estão sendo

realizados de forma gratuita.

Como alternativa ao atendimento presencial, a Unimed também disponibilizou ferramenta de telemedicina, além de entregas de protetores faciais e cartilhas de plano de retorno às atividades de consultório de especialidades médicas.

Ações com beneficiários

A fim de reduzir o avanço da pandemia, foi disponibilizada uma nova experiência aos clientes: a telemedicina, em que as consultas são realizadas por videochamada. Também foi criado um canal exclusivo para pessoas que estejam com sintomas suspeitos da Covid-19 e tenham dúvidas sobre como proceder. Cabe ressaltar que todos os casos diagnosticados ou com suspeita da patologia são acompanhados.

Ações com a sociedade

O Sistema Unimed também distribuiu mais de 100 mil EPIs, entre máscara cirúrgica tripla com elástico, máscara KN95, protetores faciais e aventais, para profissionais de hospitais, instituições e entidades sociais do Paraná.

Promoveu ainda uma série de ações visando à saúde de seus funcionários, como a campanha de vacinação da gripe, que também envolve familiares, e a implantação do regime de home office, por exemplo.

Para o presidente da Unimed Paraná, Paulo Faria, todas essas ações, dirigidas

aos diversos públicos, foram planejadas e estão sendo executadas no sentido de garantir a melhor prevenção possível a todos e o melhor cuidado àqueles que apresentaram ou venham a apresentar a doença Covid-19. ■



Sistema Unimed Paranaense implantou uma série de medidas dirigidas aos diversos públicos, com o objetivo de assegurar a melhor prevenção possível à doença

Foto: Assessoria Unimed Paraná

CRESCIMENTO DE 200%

Uniprime chega a R\$ 3 bilhões em ativos. Marca alcançada em julho deste ano reflete a confiança dos cooperados na instituição

O mês de julho de 2020 foi marcado na Uniprime por uma grande notícia para os cooperados: a cooperativa alcançou a marca de R\$ 3 bilhões em ativos administrados. O número tão expressivo foi possível em razão de um crescimento de 200% em apenas seis anos, já que em 2014 a Uniprime havia comemorado a marca de R\$ 1 bilhão em recursos administrados.

Os ativos são os recursos que a cooperativa administra. Isso engloba os Depósitos a Prazo, Depósitos à Vista e o Patrimônio. Para a Uniprime, a conquista representa seu desenvolvimento constante e garante a sustentabilidade do negócio, com um impacto direto bastante positivo na oferta de produtos e serviços da instituição.

Somente em 2020, a Uniprime lançou três novas opções de aplicação: a poupança, com isenção de Imposto de Renda; a Letra de Crédito Imobiliário (LCI), também com isenção de IR para pessoa física e com diversas opções de prazos e carência para o cooperado; e a Letra Financeira, um recurso para pessoa física e pessoa jurídica com renda fixa baseada no CDI, voltado para quem busca investimento de longo prazo e maiores rendimentos.

Vale lembrar que os três produtos são passíveis de remuneração adicional na distribuição das sobras anuais da cooperativa, um diferencial de grande valia no mercado.

Em relação à poupança, a modalidade também alcançou um número importante em pouco tempo. Em menos de 30 dias, foi registrado o acúmulo de um R\$ 1 milhão em depósitos na carteira.

A Uniprime foi a primeira cooperativa de crédito no Brasil a oferecer essa opção de investimento sem a intervenção de um banco.

“Para a instituição, todas estas conquistas são reflexo do constante crescimento da cooperativa e traduz a alta confiança que possui diante de seus cooperados”, comemora o presidente do Conselho de Administração da Uniprime, Alvaro Jabur. ■

A COOPERATIVA

Com mais de 25 mil cooperados e 28 agências presentes nos estados do Paraná e São Paulo, a Uniprime é uma cooperativa de crédito que atende profissionais da área da saúde, empresas, empresários e profissionais liberais, que usufruem das vantagens de ser Uniprime e de condições diferenciadas de negócios. Para conhecer todos os produtos e serviços ofertados, acesse um dos canais digitais da cooperativa:

Site: www.uniprimebr.com.br

Mídia social: [facebook.com/uniprime](https://www.facebook.com/uniprime)

Informativo online: [uniprimebr.com.br/#universo](https://www.uniprimebr.com.br/#universo)



Um novo jeito de DISCUTIR INOVAÇÃO

Por meio do Inova Unicoob, evento totalmente digital e gratuito, o Sicoob Unicoob busca inspirar seu público a ter ideias e colocá-las em prática



Profissionais do mundo todo, de diferentes áreas, compartilharam suas experiências com os colaboradores do sistema de crédito cooperativo brasileiro

Foto: Assessoria Sicoob Unicoob

Não é mistério para ninguém que a inovação deixou de ser apenas um diferencial nas empresas e passou a ser praticamente uma necessidade. Tão necessário quanto entender sua importância para a organização, é discutir sobre o assunto com todas as pessoas que fazem parte dela. Essa foi a proposta do Inova Unicoob, um evento totalmente digital e gratuito, promovido pelo Sicoob Unicoob entre os dias 28 e 31 de julho.

A programação teve palestras e debates, que contaram com nomes como Andrea Sanchez, da Plug and Play, Mauricio Vargas, do ReclameAqui, e Denilson Camilo, do Google. Alguns dos temas abordados foram relacionamento com o cliente, como testar e executar ideias de inovação, como engajar clientes mesmo à distância, cases de sucesso, entre outros.

De acordo com o analista de inovação do Sicoob Central Unicoob, Murilo de Moraes, o Inova foi criado para ser um evento descontraído e amplo em conteúdo. Ele explica que, mais do que apresentar as tendências de mercado, o objetivo da iniciativa é levar a cultura de inovação aos colabora-

dores, gerar engajamento e mostrar que este é um tema aberto à participação de todos.

“Tivemos pessoas de todo o mundo, de diferentes segmentos, falando sobre temas que talvez ninguém tenha imaginado que teriam relação com cooperativismo ou instituição financeira”, destaca Moraes.

O diretor de Gestão do Sicoob Central Unicoob, Marcio Gonçalves, ressalta que o objetivo do evento foi trazer empresas que se destacam pela maneira como estão trabalhando com a inovação, independente do segmento e não ligadas diretamente ao cooperativismo. “Mesmo sendo organizações de âmbitos diferentes, muitas delas têm relacionamento com o Sicoob. O que queremos agora é buscar exemplos, nos inspirar para ter ideias e colocá-las em prática”, explica.

Para a assistente administrativa do Sicoob Unidas, Talissa Jares Pereira Barbalho, o evento foi muito oportuno. Segundo ela, hoje a inovação é a chave para tudo, como, por exemplo, manter a fidelidade dos cooperados e o engajamento dos colaboradores.

“Precisamos ter um diferencial e, para isto, são necessários processos e pessoas inovadoras. Quem quer se manter ativo e competitivo no mercado precisa estar atento à inovação. E para a nossa cooperativa não poderia ser diferente”, afirma.

O cofundador e CEO da Flourish, Pedro Moura, que participou da mesa redonda do Inova Unicoob, comenta que participar do evento foi uma oportunidade para transmitir um pouco dos seus conhecimentos de inovação e startups e, com certeza, adquirir muitos outros. “Acredito que todos que participaram, levaram algo a mais para seu trabalho”, ressalta.

Missão 21

No encerramento do Inova, foi lançada a segunda edição do programa de inovação do Sicoob Unicoob, o Missão 21. O objetivo é integrar os colaboradores do sistema, estimular a cultura de inovação e abrir espaço para o desenvolvimento de ideias inovadoras. Devido à pandemia, agora o programa acontecerá em um novo formato, de forma online. ■

GERANDO OPORTUNIDADES

Em meio à pandemia, o Sistema Cresol cresce em número de colaboradores e expande o relacionamento com os cooperados

Com o crescimento do Sistema Cresol e sua expansão para 40 novos municípios até o final do ano, a contratação de profissionais continua avançando. Mesmo com o cenário da pandemia do novo coronavírus, a Central Cresol Baser, que tem sua sede em Francisco Beltrão (PR) e possui atualmente mais de 2 mil colaboradores, caminha na contramão e não deixa de abrir novas vagas, desde estagiários a cargos de média e alta liderança em diversas áreas.

Durante o primeiro semestre deste ano, a Cresol admitiu mais de 320 novos colaboradores, entre eles profissionais que buscavam recolocação no mercado de trabalho e outros que estão no seu primeiro emprego, independente de idade e gênero.

Conforme o superintendente da Cresol Baser, Adriano Michelin, a Central buscou alternativas para apoiar empresas que estavam sofrendo com a crise da pandemia e o esforço fez com que a cooperativa tivesse demanda para novas contratações. “Nos organizamos para atender as demandas dos nossos cooperados nesse período, por isso continuamos com os processos seletivos que já estavam abertos e, além disso, tivemos demanda para abertura de novas vagas para a contratação de profissionais”, disse.

Crescimento profissional

Ao entrar na Cresol, o colaborador tem muitas oportunidades. Recentemente, foi realizada uma pesquisa interna apontando que 60% dos mais de 2 mil funcionários permanecem na Cresol pelas condições oferecidas de crescimento. Um exemplo prático é o de Laísa Santolin, que iniciou como estagiária e, após um ano, foi efetivada.

“Me candidatei para o estágio, pois considerei ser uma grande oportunidade para o meu crescimento profissional trabalhar em uma instituição financeira. Todo o aprendizado adquirido, somado ao meu de-



Colaboradora Laísa Santolin comemora dez anos de Sistema Cresol

sempenho, foram fatores que contribuíram para a contratação efetiva e, diante dessa experiência, surgiram novas oportunidades”, comentou a colaboradora, que comemora dez anos de Sistema Cresol.

O Sistema Cresol Baser está presente hoje em 11 estados brasileiros e, a cada dia, novas chances surgem para quem tem interesse de fazer parte de um sistema de cooperativas que cresce em torno de 25% ao ano. Recentemente, também foi reconhecido pela empresa de consultoria Great Place to Work (GPTW) como uma das maiores e melhores empresas para trabalhar no setor agropecuário.

As vagas podem ser acompanhadas pelo site cresol.com.br, na aba trabalhe conosco e, também, na página oficial da Cresol no LinkedIn. ■

Entre as **3 melhores** Cooperativas do Paraná

SEGUNDO DADOS DE SOLVÊNCIA E LIQUIDEZ DO SISTEMA OCEPAR



Bom Jesus

Cooperativa Agroindustrial



REELEITO NO CONSELHO MUNDIAL

O presidente do Sicredi e da Central Sicredi PR/SP/RJ, Manfred Alfonso Dasenbrock, foi reeleito como membro do Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito (World Council of Credit Unions – Woccu, no original em inglês). A votação, que ocorreu durante a Assembleia Geral do Woccu, realizada de forma virtual, no dia 20 de julho, definiu a composição do Conselho até o ano de 2022.

Dasenbrock representa o Sicredi no Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito desde 2009. Atuou também como diretor, secretário-geral da entidade e tesoureiro. “É uma grande honra e responsabilidade representar, não só o Sicredi, mas o cooperativismo de crédito brasileiro e sul-americano no Conselho. A intercooperação entre os diferentes países nos traz ganhos muito importantes no sentido de podermos levar práticas e discussões globais para a nossa atuação local. Além disso, a unicidade gerada pela representatividade do Woccu permite que o segmento siga beneficiando cada vez mais pessoas ao redor do mundo e fazer parte desse movimento é algo que nos motiva e enche de orgulho”, afirma.

O objetivo do Woccu é atuar para promover o desenvolvimento sustentável das cooperativas de crédito no mundo, por meio de programas de assistência técnica. De acordo com os dados estatísticos compilados pelo conselho em 2018

Foto: Divulgação



Em Assembleia Geral ocorrida virtualmente no dia 20 de junho, o presidente do Sicredi e da Central Sicredi PR/SP/RJ, Manfred Dasenbrock, foi mais uma vez escolhido para representar o Brasil e a América do Sul no Woccu

(última consolidação), há 85,4 mil cooperativas financeiras presentes em 118 países, de seis continentes, totalizando 274,2 milhões de associados.

Participação no WYCUP

O Fórum do Programa de

Jovens Profissionais do Conselho Mundial de Cooperativas de Crédito (World Council Young Credit Union People - WYCUP) é realizado anualmente integrando a programação da Conferência Mundial das Cooperativas de Crédito. A edição deste ano conectou cerca de 300 participantes virtualmente para abordar diversidade, equidade e inclusão.

O modelo desenvolvido pelo Sicredi no Brasil para a promoção de lideranças das novas gerações, por meio dos Comitês Jovens, foi destaque no evento. A intenção é que a iniciativa sirva de inspiração para que o modelo seja replicado mundialmente. Ainda durante o Fórum, o projeto Agricultura Familiar e Alimentos Sustentáveis, desenvolvido pelo associado da Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP, Vinícius Mattia, de 26 anos, conquistou reconhecimento internacional. Ao todo, sete iniciativas apoiadas pelo Sicredi concorreram ao prêmio. O evento ainda contou com a participação de Manfred Alfonso Dasenbrock e do gerente de Desenvolvimento do Cooperativismo da Central Sicredi PR/SP/RJ, André Alves de Assis, que destacaram a importância do fomento da liderança jovem para o Sicredi, além de um painel com a associada do Sicredi, membra do Steering Committee do WYCUP e embaixadora da Global Women Leadership Network, Gisele Gomes, sobre a inclusão racial e de gênero. ■

Mais qualidade e sabor na sua mesa!

O Filé de Tilápia C.Vale vem conquistando os paladares mais exigentes do Brasil. Além de um sabor inigualável, você tem a confiança de levar para casa um produto fresco e de muita qualidade. Tenha em sua mesa e desperte em você, a paixão por esse delicioso prato!



Despertar nas pessoas
um mundo mais próspero.

Esse é o nosso Propósito



cooperativacvale



cvale.com.br

G7 NO CONSELHO EMPRESARIAL

Os presidentes das entidades representativas do setor produtivo que formam o G7, entre os quais o Sistema Ocepar, responsável atualmente pela coordenação do grupo, integram o Conselho Empresarial e de Infraestrutura criado pelo governo do Paraná e cujos membros foram empossados oficialmente pelo governador Ratinho Junior, por videoconferência, no dia 16 de julho. O Conselho tem o compromisso de “pensar o Paraná para os próximos 30 anos, criando linhas estratégicas de desenvolvimento com foco na modernização do Estado, geração de riquezas, justiça social e ampliação do bem-estar da população”. Para o presidente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken, “a iniciativa demonstra desprendimento, senso democrático e a intenção em pensar no Paraná em primeiro lugar”. O presidente da Cooperativa Coamo, José Aroldo Gallassini, também faz parte do Conselho, como convidado.



Foto: Agência de Notícias do Paraná

CONQUISTA IMPORTANTE

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) publicou, no dia 11 de agosto, a Instrução Normativa (IN) nº 52, reconhecendo o Paraná como área livre de febre aftosa sem vacinação, juntamente com os estados do Acre, Rio Grande do Sul, Rondônia e regiões dos estados do Amazonas e de Mato Grosso. “Essa medida é importante pois representa um passo essencial para que o Paraná alcance o mesmo status, mas em âmbito internacional, pela Organização Mundial da Saúde Animal (OIE), que irá se reunir em assembleia em maio de 2021, em Paris, para deliberar sobre esse e outros assuntos. O setor produtivo paranaense tem se mobilizado junto com as autoridades dos governos federal e estadual nesse sentido, com objetivo de ampliar o mercado para as carnes produzidas no estado”, afirma o presidente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken.



Foto: Agência de Notícias do Paraná



Foto: Assessoria de Comunicação Sistema Ocepar



Foto: Assessoria de Comunicação Sistema Ocepar

PARCERIA COM O JAPÃO

Discutir possíveis parcerias entre o setor cooperativista paranaense e o Japão. Com esse objetivo, foi realizada, no dia 10 de julho, uma videoconferência com a participação do presidente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken, do cônsul-geral do Japão, Takagi Masahiro, e do diretor de Planejamento Governamental, da Secretaria Estadual de Planejamento e Projetos Estruturantes, Guilherme Lorenzi. No encontro, foi realizada uma apresentação sobre a Jica, a agência do governo japonês responsável pela implementação da assistência oficial para o ODA - Assistência Oficial para o Desenvolvimento, que apoia o crescimento e a estabilidade socioeconômica dos países em desenvolvimento. Ao final, o cônsul do Japão salientou que “oportunamente vamos nos reunir novamente para darmos continuidade ao debate sobre as parcerias.”

DEMANDAS DA INDONÉSIA

As principais demandas da Indonésia em alimentos que podem interessar às cooperativas paranaenses foram apresentadas pelo adido agrícola no país asiático, Gustavo Bracale, em reunião virtual ocorrida no dia 31 de julho, com a presença do presidente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken. “A Indonésia é um país interessante, bem desafiador. O mercado asiático é pouco conhecido pelo agronegócio brasileiro, onde temos um potencial grande de trabalho e, com certeza, poderemos ajudar na prospecção de possíveis negócios de interesse para as cooperativas do Paraná, que exportam para vários países da região, entre os quais a Indonésia”, frisou o adido. No ano passado, a Indonésia abriu seu mercado para o Brasil exportar carne, graças a negociações realizadas pela ministra da Agricultura, Tereza Cristina, com o apoio de Bracale.

AGO DIGITAL

A Lei 14.030/20, que altera a Lei 5.764/71 e permite a participação e a votação virtual em assembleias de forma permanente, foi sancionada no dia 28 de julho. Houve forte atuação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop) em todas as etapas de tramitação da matéria. Além disso, a Lei amplia a permissão de realização de AGOs em 2020 até nove meses (setembro) após o término do exercício social. O texto assegura a continuidade dos mandatos até o momento da AGO. Para orientar as cooperativas, a OCB publicou um e-book (<https://bit.ly/AGOdigital>) e disponibilizou um curso on-line (<https://capacita.coop.br>). Além disso, a Coopersystem, em parceria com a OCB, está oferecendo seu software, Curia, para que AGOs virtuais possam ser realizadas no prazo e sem riscos para seus cooperados (<http://curia.coop>).



Foto: OCB

RETRATO DA ÁREA FLORESTAL

Um estudo feito pelo Sistema Ocepar em parceria com a empresa Innovatech Consultoria traz informações relevantes sobre o cultivo e o uso de espécies florestais para a manutenção das operações das cooperativas agropecuárias paranaenses. A pesquisa foi realizada com 13 cooperativas que, juntas, somam R\$ 60 bilhões em faturamento, o que corresponde a 85% do total das receitas do ramo no estado. “O objetivo foi trazer um retrato da área florestal das cooperativas e fomentar as discussões no grupo que integra o nosso Fórum Florestal”, informa o analista da Getec, Moisés Knaut Tokarski. O resultado do levantamento foi apresentado pelo líder de Portfólio na Innovatech, Daniel Bouchardet, no dia 9 de julho, no evento realizado virtualmente com a participação de 28 profissionais da Coamo, Castrolanda, Frísia, Agrária, Coopavel, Coasul, Lar, Copacol, Frimesa, C.Vale, Integrada e Cocari.



Foto: Assessoria de Comunicação Sistema Ocepar

Acervo Digital de Trabalhos Acadêmicos do SESCOOP/PR

ACERVO DIGITAL

O Sistema Ocepar está disponibilizando um acervo digital com as dissertações produzidas em programas de mestrado apoiados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop/PR). A ideia é ampliar o acesso a informações e a diversas referências acadêmicas, criando formas de interação com o público, provocando novas experiências com as trilhas digitais. “Nosso objetivo é preservar e disseminar o conhecimento trazido nos trabalhos acadêmicos, seus impactos e resultados junto às sociedades cooperativas, divulgando a um número maior de pessoas esse legado de pesquisas e estudos”, afirma o coordenador de Desenvolvimento Cooperativo do SESCOOP/PR, Leandro Macioski. O Acervo Digital de Trabalhos Acadêmicos pode ser consultado por meio do endereço eletrônico: <http://www.paranacooperativo.coop.br/acervo/>.



Foto: Assessoria de Comunicação Sistema Ocepar

MERCADO, INOVAÇÃO E INTERCOOPERAÇÃO

Os Sistemas Ocepar, Ocesc e Ocergs promoveram, no dia 6 de agosto, o Seminário Online Perspectivas e Fortalecimento do Ramo Transporte da Região Sul. O evento reuniu presidentes e superintendentes das unidades estaduais, da OCB, coordenadores do ramo e representantes de cooperativas. O objetivo foi apresentar as ações da OCB para atender as demandas do ramo e discutir intercooperação, inovação e identidade cooperativa. Os temas foram tratados respectivamente por Evaldo Moreira Matos, coordenador nacional do Ramo Transporte, Clara Pedrosa Maffia, gerente da área Técnica e Econômica da OCB, Marcos Trintinalha, coordenador do Ramo Transporte do Paraná e presidente da Rodocoop (PR), Osni Roman, presidente da Cooperacarga (SC), e Adelar Steffler, presidente da Valelog (RS). O evento se encerrou com a palestra Cooperação x Competição no Transporte, ministrada por Adelino Nascimento.

GESTÃO DE RISCOS

Realizado no dia 30 de julho, o Workshop Virtual Gestão de Riscos Corporativos, conduzido pelo especialista no assunto, Marco Antonio Nutini, contou com a participação de 155 representantes de cooperativas dos ramos agropecuário, crédito, saúde e trabalho. O intuito do evento, promovido pelo Sistema Ocepar, por meio do SESCOOP/PR, foi evidenciar a relevância estratégica da gestão de riscos, por intermédio de resposta ágil e atuação segura no processo de tomada de decisão em momentos de crise, para a sustentabilidade das cooperativas. O Sistema Ocepar irá estruturar um Programa de Formação em Gestão de Riscos incorporando uma visão estratégica para avançar no tema. A previsão é iniciar os módulos de forma virtual nos próximos meses, voltados para diretores, gestores e demais profissionais que atuam na gestão de riscos.



Foto: Divulgação

CAPACIDADE DE INTERIORIZAÇÃO

O cooperativismo de crédito, segmento que já conta com mais de 12 milhões de adeptos no Brasil é um dos mecanismos mais eficazes para promover acesso aos serviços financeiros em municípios menores, mais distantes e rurais do Brasil. É o que mostra o estudo “Benefícios do Cooperativismo de Crédito: impacto sobre a bancarização”, que analisou dados de todos os municípios brasileiros, de 2007 a 2018, e traçou o perfil de atuação das instituições financeiras. Segundo o trabalho, existem hoje cerca de 1,9 mil cidades e nove milhões de pessoas somente no espaço de diferença entre o limite de entrada dos bancos em relação às cooperativas, evidenciando a característica de bancarização do cooperativismo de crédito. Foi apontado ainda que as cooperativas conseguem operar em municípios com PIB de, pelo menos, R\$ 79 milhões; já os bancos necessitam de um PIB mínimo de R\$ 112 milhões.



Foto: Assessoria Sicoredi União PR/SP



Foto: Assessoria Coamo

CAMPEÃO BRASILEIRO DE PRODUTIVIDADE

O agricultor Laércio Dalla Vecchia, cooperado da Coamo em Mangueirinha, sudoeste do Paraná, é campeão brasileiro do Desafio Cesb (Comitê Estratégico Soja Brasil) de máxima produtividade de soja da safra 2019/2020. O anúncio ocorreu no dia 14 de julho e deixou muito feliz o agricultor e a família Coamo. Dalla Vecchia colheu 118,8 sacas de soja por hectare em uma área de sequeiro. Anteriormente, ele havia conquistado a melhor produtividade em âmbito estadual e também na Região Sul do Brasil. “Estou muito feliz, é muito bom ser campeão e atribuo isso a alguns fatores, como um trabalho feito com sustentabilidade, com uma assistência técnica comprometida pelos profissionais da Coamo, Emater e Embrapa, mas principalmente pelo monitoramento. Acredito que é preciso fazer um básico bem feito”, comemora o agricultor mangueirense.

68 ANOS DE HISTÓRIA

O dia 13 de julho de 1952 ficou marcado na Colônia Municipal, na Lapa (PR), com a criação da Cooperativa Mista Bom Jesus. Os fundadores eram 18 empreendedores rurais que vislumbravam no cooperativismo a possibilidade de crescimento. A Bom Jesus era uma cooperativa de consumo, em que os produtores buscavam um melhor poder de barganha/compras. A partir do século XXI, passou a se chamar Cooperativa Agroindustrial Bom Jesus e, hoje, com 68 anos de história e cinco mil cooperados, está presente com 25 unidades em 13 municípios do sudeste paranaense e planalto norte catarinense. Possui também uma Fazenda Experimental, uma Fábrica de Rações e atua no recebimento de grãos. Fornece assistência aos produtores e atua também na captação de leite na região, trabalhando em processo de intercooperação com as Cooperativas Frísia e Castrolanda.

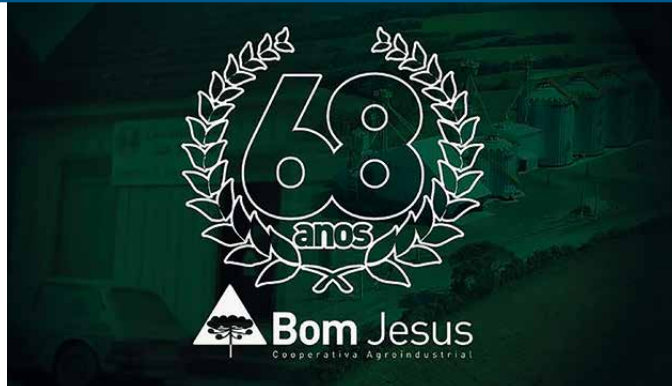


Foto: Assessoria Bom Jesus

NOVO PRESIDENTE DO SINDIAVIPAR

O diretor-presidente da Lar Cooperativa Agroindustrial, Irineo da Costa Rodrigues, foi eleito presidente do Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado do Paraná (Sindiavipar), no dia 28 de julho. A nova diretoria toma posse no dia 1º de setembro. De acordo com Rodrigues, a intenção é dar continuidade ao bom trabalho que já vinha sido feito pela administração anterior. “Além disso, precisamos fazer um enorme esforço para reposicionar o Sindiavipar no estado do Paraná, que atualmente representa a maior produção avícola do país, fortalecendo nossa parceria com a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) e ouvindo nossos associados para entender as grandes diretrizes que temos para o Brasil”, complementa. O Sindiavipar representa 45 abatedouros e incubatórios paranaenses.



Foto: Assessoria Sindiavipar

CELEBRANDO O CINQUENTENÁRIO

No dia 9 de agosto, a Cooperativa Agroindustrial Copagrill, com sede em Marechal Cândido Rondon, no oeste paranaense, completou 50 anos, atingindo a marca de 5.395 cooperados, 3.781 empregados e uma estrutura com 22 lojas, 17 unidades de recebimento de grãos e, destas, 14 também de armazenagem, seis supermercados, quatro postos de combustíveis, duas Fábricas de Rações, Unidade Industrial de Aves, Unidade de Recria de Matrizes e Produção de Ovos Férteis, Centro Administrativo, Transportadora, Loja de Máquinas e Implementos, Centro de Distribuição e Estação Experimental. “São poucas as empresas que chegam aos 50 anos e que chegam como a Copagrill. Essa é uma conquista de todos, cada um que passou pela cooperativa e por todos que ainda estão conosco. Parabéns e muito obrigado a todos”, disse o presidente da cooperativa, Ricardo Chapla.



Foto: Assessoria Copagrill



Foto: Assessoria Integrada



Foto: Assessoria Nova Produtiva

TRAJETÓRIA DE 25 ANOS

Com um faturamento estimado em R\$ 4 bilhões para este ano, a Integrada completa 25 anos em 2020 como uma das maiores cooperativas do agronegócio brasileiro, segundo dados da Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar) e ranking Maiores e Melhores da revista Exame. Sediada em Londrina (PR), a Integrada nasceu da necessidade de um grupo de agricultores do Paraná, que buscava apoio para os seus negócios, assistência técnica, entrega e comercialização de produção e compra de insumos. Hoje são mais de 10 mil cooperados. Atualmente, possui 64 unidades de recebimento, agrupadas em 15 regionais, estrategicamente distribuídas nos estados do Paraná e São Paulo, 40 pontos de vendas de insumos e 4 lojas especializadas em máquinas e equipamentos agrícolas. Tem ainda três Unidades Industriais: de Milho, Sucos e Rações.

COMEMORAÇÃO ONLINE

Em clima de “fique em casa e cante comigo”, a Cooperativa Agroindustrial Nova Produtiva realizou, no dia 23 de julho, a #livenovosolidária, que agregou o evento iNovatec de Inverno e o encerramento da campanha Nova Solidária. A programação se iniciou com uma missa em ação de graças em comemoração aos 21 anos da Nova Produtiva, rezada pelo padre Alex, da Paróquia São Sebastião, de Astorga (PR), transmitida pelo Facebook. Na sequência, ao som da dupla astorguense Brenno & Matheus, ocorreu o iNovatec de Inverno, reunindo os principais fornecedores de sementes e insumos que, por meio de vídeos, mostraram suas tecnologias e inovações. O evento normalmente é promovido no campo experimental da unidade Nova de Pitangueiras, mas, devido à pandemia, ganhou um novo formato e foram tomadas as medidas de prevenção recomendadas pelas autoridades sanitárias.

“ Queremos ver mais mulheres administrando fazendas, dirigindo tratores, chefiando cooperativas, pescando, plantando e colhendo, se beneficiando da pujança do agro brasileiro ”

TEREZA CRISTINA
Ministra da Agricultura



Foto: Divulgação

“ **Estamos no meio de uma pane global. Mas não há outro caminho. Precisamos parar, respirar e nos reinventar, de uma forma ou de outra. A questão é qual o legado que esta pandemia vai deixar, ou seja, como sua cooperativa quer ser lembrada quando tudo isso acabar** ”

GUSTAVO LOYOLA

Coordenador da Escola de Negócios do Isae durante live para agentes das cooperativas do Paraná

“ A reforma tributária normalmente vem acompanhada de alta de impostos. O agronegócio está dando sustentação ao país – precisa de apoio. Temos uma grande preocupação, pois já estamos sobrecarregados. Teremos desafios maiores se impostos aumentarem ”

VALTER PITOL

Presidente da Copacol e diretor da Ocepar

“ O estado deve muito à qualidade das suas cooperativas, que empregam milhares de paranaenses. Queremos ajudar a Ocepar a alcançar a meta otimista, em 2026, o quanto antes ”

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR

Governador do Paraná durante o Fórum Digital dos Presidentes das Cooperativas do Paraná, ao comentar o novo planejamento estratégico, PRC 200

“ A pandemia tem efeito indireto na aceleração do processo de home office. O grande desafio é fazer com que essa tecnologia não abrace somente o emprego altamente qualificado, mas consiga abranger também a parte de baixo da pirâmide ”

COSMO DONATO

Economista e consultor da LCA

UMA HISTÓRIA DE
VALORES E LEGADO
PASSADOS DE
GERAÇÃO EM
GERAÇÃO.

confiança



Juntos por um sonho. Juntos fazendo história. Há 25 anos, a Integrada conecta milhares de famílias, apoiando o desenvolvimento e a produtividade no campo e na indústria, gerando valor e produzindo alimentos para o Brasil e o mundo. Ao longo dessas décadas, alcançamos safras recordes e superamos grandes desafios. E o legado do cooperativismo continua a ser transmitido de pai para filho, de cooperado para cooperado. Os nossos valores, a confiança dos cooperados e a dedicação dos colaboradores dão vida aos negócios e garantem a sustentabilidade dos nossos resultados. Dia após dia. Safra após safra. Seguimos juntos, contribuindo para um mundo melhor.

INTEGRADA
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL

25
ANOS

AO SEU LADO. COMO SEMPRE.

14º Prêmio **OCEPAR** de Jornalismo

**Cooperativismo:
força econômica e social
que faz a diferença**

PRAZOS PRORROGADOS ATÉ 2021

Veiculação

Matérias publicadas/veiculadas no período de 1º de agosto de 2019 a 28 de fevereiro de 2021

Prazo

Inscrições dos trabalhos devem ser feitas até **28 de fevereiro de 2021**

INSCRIÇÕES

ONLINE



premio.paranacooperativo.coop.br

Realização:



Patrocínio:



Apoio:

